

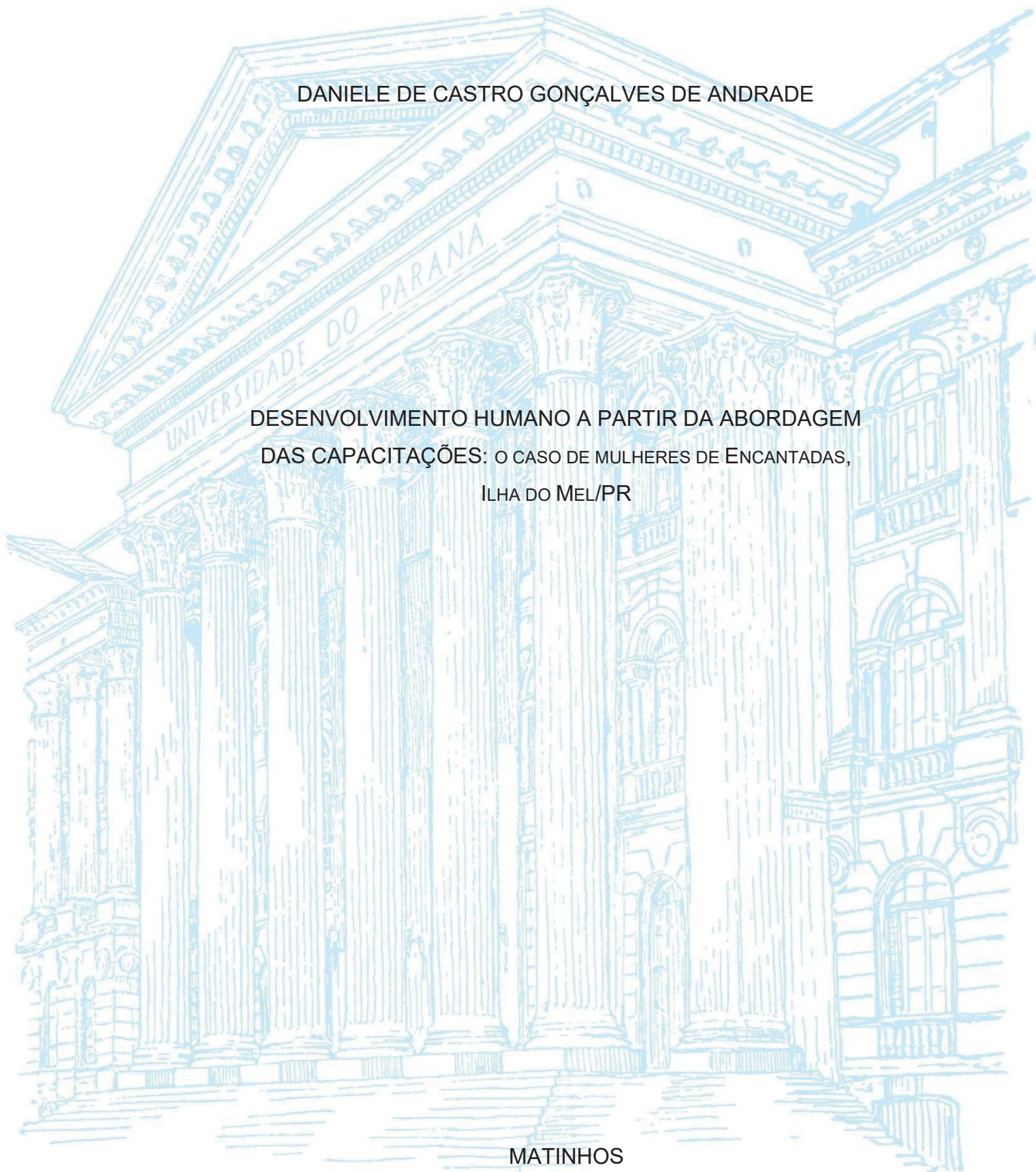
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELE DE CASTRO GONÇALVES DE ANDRADE

DESENVOLVIMENTO HUMANO A PARTIR DA ABORDAGEM
DAS CAPACITAÇÕES: O CASO DE MULHERES DE ENCANTADAS,
ILHA DO MEL/PR

MATINHOS

2023



DANIELE DE CASTRO GONÇALVES DE ANDRADE

DESENVOLVIMENTO HUMANO A PARTIR DA ABORDAGEM
DAS CAPACITAÇÕES: O CASO DE MULHERES DE ENCANTADAS,
ILHA DO MEL/PR

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mayra Taiza Sulzbach

MATINHOS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

A554 Andrade, Daniele de Castro Gonçalves de
Desenvolvimento humano a partir da abordagem das capacitações: o caso de
mulheres de encantadas, Ilha do Mel/PR / Daniele de Castro Gonçalves de Andrade ;
orientadora Mayra Taiza Sulzbach. – 2023
75 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
Matinhos/PR, 2023.

1. Ilha do Mel/PR. 2. Mulheres – Litoral do Paraná. 3. Desenvolvimento humano. I.
Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial
Sustentável. II. Título.

CDD – 305.4



TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **DANIELE DE CASTRO GONÇALVES DE ANDRADE** intitulada: **Desenvolvimento humano a partir da abordagem das capacitações: o caso de mulheres de Encantadas, Ilha do Mel/PR**, sob orientação da Profa. Dra. MAYRA TAIZA SULZBACH, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 28 de Junho de 2023.

Assinatura Eletrônica

28/06/2023 11:46:23.0

MAYRA TAIZA SULZBACH

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

29/06/2023 07:03:36.0

IZETE PENGO BAGOLIN

Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA)

Assinatura Eletrônica

28/06/2023 13:54:59.0

VALDIR FRIGO DENARDIN

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Rosemary, pai Ailton, irmã Evelyn, irmão Arthur e sobrinhos, Pedro e Sarah por sempre me apoiarem com amor e carinho nas minhas decisões, inclusive em cursar o mestrado;

Ao meu companheiro e amor Felipe, por me apoiar, ajudar e instigar a querer aprender e ser sempre mais;

Às amigas e amigos pelo incentivo e por compreenderem todas as vezes que deixei de beber uma cerveja com eles para estudar. Obrigada Rafaela!

Aos professores do PPG em Desenvolvimento Territorial Sustentável pelas aberturas de perspectivas, especialmente à professora Mayra pela desafiadora função de me orientar nesta pesquisa;

À CAPES pela bolsa de estudos que possibilitou a dedicação necessária para realização dessa pesquisa;

Aos colegas da turma de 2021 do PPGDTS pelos compartilhamentos de ideias, dúvidas e surtos de maneira remota ou nas mesas de bar;

Agradecimento especial às mulheres moradoras da comunidade de Encantadas, na Ilha do Mel, por aceitarem participar da pesquisa e compartilharem suas liberdades.

Querer ser livre é também querer livres os outros
Simone de Beauvoir

RESUMO

Esta pesquisa investiga as capacitações de mulheres da comunidade de Encantadas, na Ilha do Mel, a partir da Abordagem das Capacitações - AC de Sen (2000) e de Nussbaum (2000). A ampliação das capacitações humanas, segundo Sen (2000), refere-se às liberdades dos indivíduos em decidirem sobre suas próprias vidas e assim contribuir com o desenvolvimento da sociedade. Nussbaum (2000) discute que, as capacitações humanas básicas possibilitam condições dignas de vida aos indivíduos. O objetivo geral desta pesquisa é avaliar as capacitações de mulheres da comunidade de Encantadas, Ilha do Mel. Para tal, têm como objetivos específicos: 1) Avaliar as liberdades instrumentais nas dimensões de saúde, educação, economia e política; 2) Avaliar as liberdades substantivas a partir dos funcionamentos valorados realizados e não realizados; e 3) Descrever a condição de agência de mulheres da comunidade de Encantadas, Ilha do Mel sobre suas vidas. A metodologia da pesquisa é de caráter qualitativo (MARTINS, 2004) e o instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista (GIL, 2008). A delimitação da amostra ocorreu por meio de uma amostragem estratificada não proporcional (GIL, 2008; SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021) com método de saturação (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008). A unidade-caso da pesquisa foram mulheres com idade superior a 18 anos participantes das atividades produtivas do turismo e pesca, residentes na Ilha do Mel. As entrevistas ocorreram pelo questionamento da pesquisadora às participantes que posteriormente foram analisadas através da técnica Análise de Conteúdo (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021) e da Interseccionalidade (KYRILLOS, 2020). As dimensões de análise da pesquisa são derivadas da Abordagem das Capacitações apontadas por Sen (2000) e Nussbaum (2000), tratando das liberdades instrumentais e substantivas das mulheres a partir das dimensões: social, econômica e política. Os resultados apresentam que as Entrevistadas consideram ter a condição de agência para realizarem os funcionamentos que valoram, especificamente em relação ao local de moradia, às facilidades econômicas, à participação política, à maternidade, mas reconhecem que algumas escolhas são adaptadas pelo local onde vivem e pelas oportunidades que lhe estão disponíveis, como o acesso à saúde e educação.

Palavras-chave: *Capabilities*; Liberdades Humanas; Amartya Sen; Martha Nussbaum; Operacionalização.

ABSTRACT

This research investigates the capabilities of women in the Encantadas community on Ilha do Mel, based on the Capabilities Approach (CA) of Sen (2000) and Nussbaum (2000). The expansion of human capabilities, according to Sen (2000), refers to the freedom of individuals to decide on their own lives and thus contribute to the development of society. Nussbaum (2000) argues that basic human capabilities enable individuals to live in decent conditions. The general aim of this research is to assess the skills of women in the community of Encantadas, Ilha do Mel. To this end, the specific objectives are: 1) To assess instrumental freedoms in the dimensions of health, education, economics and politics; 2) To assess substantive freedoms based on valued realized and unrealized functions; and 3) To describe the condition of agency of women from the community of Encantadas, Ilha do Mel over their lives. The research methodology is qualitative (MARTINS, 2004) and the instrument used for data collection was the interview (GIL, 2008). The sample was delimited using a non-proportional stratified sample (GIL, 2008; SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021) with a saturation method (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008). The case-unit of the research were women over the age of 18 participating in the productive activities of tourism and fishing, living on Ilha do Mel. The interviews were conducted by the researcher questioning the participants, who were then analyzed using the Content Analysis technique (SAMPALIO; LYCARIÃO, 2021) and Intersectionality (KYRILLOS, 2020). The dimensions of analysis of the research are derived from the Capabilities Approach pointed out by Sen (2000) and Nussbaum (2000), dealing with women's instrumental and substantive freedoms from the social, economic and political dimensions. The results show that the interviewees consider they have the agency to carry out the functions they value, specifically in relation to where they live, economic facilities, political participation and motherhood, but they recognize that some choices are adapted by where they live and the opportunities available to them, such as access to health and education.

Keywords: Capabilities; Human Liberties; Amartya Sen; Martha Nussbaum; Operationalization.

LISTA DE SIGLAS

AC	Abordagem das Capacitações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EAD	Ensino a Distância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAT	Instituto Água e Terra
OMS	Organização Mundial da Saúde
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UC	Unidade de Conservação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DESENVOLVIMENTO HUMANO A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES - AC	13
2.1 LIBERDADES INSTRUMENTAIS	17
2.1.1 Saúde.....	17
2.1.2 Educação	18
2.1.3 Economia	20
2.1.4 Política	21
2.2 LIBERDADES SUBSTANTIVAS	22
2.2.1 Preferências Adaptadas	23
3 DIFERENÇAS MARCADAS PELA SOCIEDADE E CULTURA: MULHERES, RAÇA E CLASSE	25
4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: LITORAL DO PARANÁ E ILHA DO MEL	30
5 METODOLOGIA	36
5.1 CAMINHO METODOLÓGICO	36
5.2 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DA AC	36
5.3 PESQUISA DE CAMPO.....	40
5.4 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS	42
5.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	43
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	45
6.1 LIBERDADES INSTRUMENTAIS	45
6.1.1 Saúde.....	45
6.1.2 Educação	47
6.1.3 Economia	51
6.1.4 Política	55
6.2 LIBERDADES SUBSTANTIVAS: FUNCIONAMENTOS, AGÊNCIA E PREFERÊNCIAS ADAPTADAS	57
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
8 REFERÊNCIAS	65
9 APÊNDICES	72

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga as capacitações [*capabilities*] que mulheres acionam em suas participações sociais, econômicas e políticas, influenciando sobre suas vidas e dos demais, a partir da Abordagem das Capacitações - AC de Sen (2000) e de Nussbaum (2000).

As capacitações humanas, segundo Nussbaum (2000), possibilitam condições dignas de vida aos indivíduos, e essas se referem ao que cada um é capaz de ser e fazer, e não quanto de recursos financeiros possui, isso porque trata o ser humano como ser digno e livre, capaz de moldar sua própria vida em cooperação e reciprocidade com outros.

Sen (2000, p. 25) argumenta, a partir da abordagem do desenvolvimento como liberdade, que, a condição de agente se refere ao indivíduo que, ao decidir sobre o tipo de vida a qual atribui razão para valorizar, molda o seu destino e o de outros, como um indivíduo ativo na sociedade, transformando-a e contribuindo com o desenvolvimento social. Essa condição, de acordo com o autor, deveria ser exercida por todas as pessoas, pois "ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o desenvolvimento".

Segundo Porsse (2018, p. 234), a ampliação das capacitações humanas decorre da ampliação de oportunidades e de liberdades reais que as pessoas desfrutam, a partir do que fazem e do que elas têm condição de fazer, assim, promovem a "possibilidade de escolha de um caminho de vida possível, constituindo-se em um suporte para propósitos políticos em sociedades pluralistas".

Especificamente sobre as capacitações das mulheres, Nussbaum (2000, p. 33) considera que, "circunstâncias sociais e políticas desiguais conferem às mulheres capacidades humanas desiguais". Segundo a autora, a autonomia de escolha de algumas mulheres depende das circunstâncias sociais, havendo países onde as mulheres não são tratadas como um ser de direito próprio, com dignidade, respeitada nas leis e por instituições. Para Figueira (2013, p. 79), "a incapacidade de reconhecer as mulheres como indivíduos, de reconhecer as suas capacidades [...] impõe uma barreira que impede" o uso das capacitações destas.

Segundo Oyewùmí (2020, p. 96), a categoria social 'mulher' é uma construção sociocultural, portanto "não é universal". Segundo a autora, "conceitos feministas

emergiram da lógica da família nuclear patriarcal”. E foi nesse modelo de família, com pretensão universalista, que o feminismo branco não abrangeu questões de raça, o que leva a necessidade de contemplá-las nesse estudo. As desigualdades e as múltiplas formas de opressão vivenciadas por mulheres permitem compreender diferentes realidades e “a própria condição humana” (OYĚWÙMÍ, 2020, p. 95).

Nesse sentido, essa pesquisa analisa mulheres a partir da interseccionalidade de raça e classe, especialmente por se dar no Brasil, o qual é constituído, segundo González (2020), por sociedades multirraciais e pluriculturais.

Segundo Kyrillos (2020), a interseccionalidade se baseia em experiências cotidianas das pessoas que envolvem simultaneamente diferentes categorias identitárias, as quais constituem marcadores sociais, ou seja, são definidas pela estrutura social e cultural vivida pela população. Uma análise interseccional, segundo Crenshaw (2002), inclui determinantes sobre as condições de vida das mulheres, como: saúde, educação, dinheiro, acesso à terra e aos recursos naturais, casamento, família, velhice, violências e política.

Reconhecer a condição de agente das mulheres, de acordo com Sen (2000, p. 211), influencia em mudanças sociais fundamentais para se pensar o desenvolvimento como liberdade. Segundo o autor, “o argumento mais imediato, para que haja um enfoque sobre a condição de agente das mulheres possa ser precisamente o papel que essa condição pode ter na remoção das iniquidades que restringem o bem-estar feminino”.

Segundo Nussbaum (2000, p. 298), o reconhecimento das mulheres na sociedade é uma questão de justiça: para as mulheres devem ser dadas as oportunidades de ampliarem suas capacitações, ampliando assim suas escolhas. A defesa da autora se deve ao reconhecimento de que as capacitações são funções humanas, e “as mulheres em grande parte do mundo perdem por serem mulheres”.

De acordo com Figueiredo (2013, p. 78), “a mulher sempre participou dos processos sociais de produção do espaço”, com aumento significativo nas últimas décadas, mas nem em todas as esferas da sociedade. No Brasil, conforme Minasi, Mayer e Santos (2022), ainda são observadas desigualdades como as diferenças salariais, a sub-representação das mulheres em posições de liderança e poder e a discriminação nos espaços de trabalho.

Dados do IBGE de 2019, relativos à população entre 25 e 34 anos, subsidiam a comprovação das desigualdades de sexo, raça e maternidade no Brasil, onde: as

mulheres recebiam 22,3% a menos do que os homens; 62,6% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens; o percentual de ocupação¹ entre mulheres que possuem filhos de até 3 anos de idade no domicílio, 54,6%, é menor do que as que não possuem filhos, 67,2%; as mães negras ou pardas apresentaram os menores níveis de ocupação, 49,7% enquanto que entre as mães brancas a proporção foi de 62,6% (IBGE, 2021).

Quando comparamos os dados do nível de educação superior da população entre 18 e 24 anos: 29,7% das mulheres possuíam nível superior completo e 21,5% dos homens, contudo, há desigualdades entre a parcela de mulheres negras, com 22,3%, e a parcela de mulheres brancas, 40,9% (IBGE, 2021).

As desigualdades entre mulheres e homens, também se expressam no tempo destinado ao trabalho não remunerado, no qual as mulheres dedicam 21,4 horas semanais aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, enquanto os homens dedicam 11 horas. Quando observadas pela perspectiva da cor, as mulheres negras destinam mais tempo aos cuidados, 22 horas semanais, do que as mulheres brancas, 20,7 horas semanais (IBGE, 2021). Em contraponto, uma pesquisa de percepção, realizada por Oxfam e Datafolha (2022, p. 30) indica que 88% das brasileiras e brasileiros discordam da afirmação que “as mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos”.

A comunidade de Encantadas na Ilha do Mel, foco desta pesquisa, contava, com base no último Censo do IBGE, em 2010, com 1.094 residentes, desses 47,3% eram mulheres e 52,7% homens (IBGE, 2010). A Ilha fica, na esfera das políticas públicas do estado do Paraná, na Região Geográfica Imediata de Paranaguá, que no mesmo ano, contabilizava uma população de 265.392 habitantes, dessa 32,8% eram negros. Em Paranaguá, município administrativo jurídico, no qual a Ilha do Mel integra, a população total era de 140.469 habitantes, 34% declarados negros, desses 50,6% eram mulheres (IPARDES, 2022). Outra característica da região é a cultura caiçara (DIEGUES, 1988), que mesmo com os processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização ainda mantém traços de uma cultura marcada por um modo de vida diferente dos estabelecidos nos grandes centros urbanos (FELISBINO, 2022).

¹ Taxa de participação das mulheres na força de trabalho. A taxa mede a parcela da população em idade de trabalhar (15 anos ou mais de idade) que está na força de trabalho (ou seja, trabalhando ou procurando trabalho e disponível para trabalhar) (IBGE, 2021).

Com base no exposto, a pesquisa apresenta como questão: de que forma as mulheres da comunidade de Encantadas, Ilha do Mel, acionam suas capacitações? tendo como objetivo geral: avaliar as capacitações de mulheres da comunidade de Encantadas, Ilha do Mel. Para tal, têm como objetivos específicos: 1) Avaliar as liberdades instrumentais nas dimensões de saúde, educação, economia e política; 2) Avaliar as liberdades substantivas a partir dos funcionamentos valorados realizados e não realizados; e 3) Descrever a condição de agência de mulheres da comunidade de Encantadas, Ilha do Mel sobre suas vidas.

A dissertação está dividida em seis partes além desta introdução. A primeira parte apresenta a fundamentação teórica sobre o desenvolvimento baseado na ampliação das liberdades a partir da Abordagem das Capacitações - AC. Na segunda, apresenta a relação entre o feminismo e a ampliação das capacitações das mulheres a partir de referências bibliográficas. A terceira apresenta a caracterização da área de estudo. A metodologia é descrita na quarta parte, os resultados e discussões na quinta e as considerações finais na sexta parte.

2 DESENVOLVIMENTO HUMANO A PARTIR DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES - AC

O modelo de desenvolvimento adotado numa sociedade, segundo Zambam e Kujawa (2017), influencia nas condições de vida, na realização pessoal dos cidadãos, na integração sociocultural, na participação política e na produção e distribuição de bens. Segundo os autores, o desenvolvimento está ancorado em

interesses econômicos, na formação cultural da sociedade, nos objetivos presentes e futuros, nas condições de vida para a população, no funcionamento das instituições sociais e na disponibilidade dos recursos naturais e ambientais, assim como, dos critérios para a sua utilização, preservação ou reposição (ZAMBAM; KUJAWA, 2017, p. 64).

Como alternativa à concepção de um desenvolvimento voltado exclusivamente ao crescimento econômico, Sen (2000, p. 84) propõe reflexões sobre um desenvolvimento que considerasse o humano, a partir da ampliação das liberdades pelas quais as pessoas têm razão para viver, ou seja, trata de “como as pessoas conseguem viver de fato”.

A abordagem de “Desenvolvimento como liberdade” de Sen (2000), se refere à ampliação das liberdades como o principal fim (papel constitutivo) e de um desenvolvimento social como principal meio (papel instrumental) do desenvolvimento, considerando os modos de vida e as circunstâncias pessoais, sociais e ambientais. Para o autor, “o desenvolvimento é realmente um compromisso muito sério com as possibilidades de liberdade” (SEN, 2000, p. 378).

A ampliação das liberdades, de acordo com Sen (2000), depende da remoção das privações que restringem à participação social, econômica e política e das pessoas, tais como: a carência de serviços públicos (saúde, educação), pobreza (moradia, desemprego); e as restrições de participação política. O autor também destaca que, a “desigualdade entre mulheres e homens afeta - e às vezes encerra prematuramente - a vida de milhões de mulheres e, de modos diferentes, restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino” (SEN, 2000, p. 29).

A perspectiva da ampliação das liberdades de Sen (2000, p. 55), considera que, mesmo se uma pessoa não tiver interesse imediato em exercer alguma liberdade, “ainda assim seria uma privação de suas liberdades se ela não pudesse ter escolha” sobre elas.

No desenvolvimento, as liberdades são avaliadas, segundo Sen (2000, p. 18), a partir de duas frentes: a razão avaliatória, que se refere a “avaliação do progresso” ou o “aumento das liberdades das pessoas”; e a razão da eficácia, que trata “da livre condição de agente das pessoas”. A avaliação do desenvolvimento a partir das liberdades, segundo o autor, contempla além das relações estatísticas, “os processos causais que estão envolvidos no crescimento e desenvolvimento econômico” (SEN, 2000, p. 168), ou seja, o humano.

A Abordagem das Capacitações – AC, de Sen (2000), trata da liberdade de agência do indivíduo para escolher o tipo de vida que deseja e tem razões para valorizar. De acordo com Diniz, Marin e Feistel (2017, p. 221), a liberdade de agência “corresponde à liberdade geral do indivíduo para fazer e realizar os valores e objetivos que considera importantes”.

Segundo Bagolin (2005, p. 14), a tradução de *capability* [capacitação] se refere a confluência de *capacity* [capacidade] + *ability* [habilidade] e “expressa habilidade que os indivíduos possuem para expandirem suas capacidades”, aborda elementos de agência e de autonomia “[...] que aparece com o uso da expressão ‘habilidade’ que indivíduos possuem em moldar e escolher as suas próprias capacidades”.

Segundo Zambam e Kujawa (2017), a condição de agente se refere ao agir do ser humano como membro da sociedade, responsável pelo seu destino, impulsionador do processo de organização e de desenvolvimento do ambiente onde se encontra, com capacidade de estabelecer e fortalecer relações que contribuam para a realização pessoal e a integração sociocultural.

Na AC de Sen (2000), a avaliação ocorre a partir dos funcionamentos (o que o indivíduo deseja realizar) e do conjunto de alternativas que ele tem para realizar o que deseja (oportunidades reais para realizar).

Os funcionamentos compreendem a escolha das pessoas sobre o que atribuem razões para valorizar, variando entre estar bem nutrido e participar ativamente na sociedade; correspondem a comer, ver, sentir ou ser livre politicamente (SEN, 2000). De acordo com Diniz, Marin e Feistel (2017, p. 223):

Os funcionamentos valorados variam de acordo com a posição social a qual os indivíduos observados pertencem. Uma pessoa com renda monetária alta pode valorar a liberdade de expressão enquanto uma pessoa com renda monetária baixa pode considerar de maior relevância para a sua vida ter o que comer.

As capacitações [*capabilities*] consistem na condição da pessoa colocar os funcionamentos em prática, ou seja, “[...] além de valorizar algo a pessoa tem de ter condições de por isso em prática, seja por questões legais, físicas, cognitivas, etc.”. O conjunto capacitário representa as liberdades substantivas que a pessoa dispõe para realizar as combinações de funcionamentos escolhidas (SEN, 2000, p. 86). A AC, conforme Diniz, Marin e Feistel (2017, p. 219), considera o indivíduo como um fim em si, o qual “utiliza os meios a que tem acesso para ser e fazer (*being and doing*) os funcionamentos que considera de maior valor para si”.

Segundo Lewis (2012 *apud* VIEWEGER, 2020), as capacitações incluem as condições do indivíduo como: o que é capaz de ser, fazer e alcançar e como se sente com essas condições; é focada na vida real da pessoa e nas escolhas do que lhe estão disponíveis.

De acordo com Nussbaum (2000, p. 82), a AC faz referência à capacidade do ser humano “de se comportar como um ser pensante, e não apenas como uma engrenagem em uma máquina”. Para a autora, a capacitação é individual, de cada pessoa, assim, deve ser tratada como um fim e não como um instrumento para o fim de outros.

Nussbaum (2000) salienta que, quando o indivíduo não desfruta de uma vida com dignidade, autonomia de escolha e decisão, integridade do corpo, direitos políticos básicos, oportunidades econômicas, liberdade de expressão, desperdiça sua humanidade, já que essas são funções centrais da vida humana.

Uma lista de capacitações relacionadas à vida humana sob condições culturais, sociais, políticas e econômicas foi elaborada por Nussbaum (2000), a fim de delimitar um nível mínimo de vida humana. A lista contempla dez capacitações, relacionadas umas às outras, e cujas realizações envolvem além das condições individuais, as condições do ambiente:

- 1) Vida: ser capaz de viver até o fim de uma vida humana de duração normal; não morrer prematuramente, ou antes de sua vida ser tão reduzida que não valha a pena vivê-la;
- 2) Saúde física: ser capaz de ter boa saúde, inclusive reprodutiva para ser adequadamente nutrido;
- 3) Integridade física: ser capaz de mover-se livremente de um lugar para outro; ter os limites corporais tratados como soberanos, ou seja, ser capaz de estar seguro contra agressões, incluindo agressão sexual, abuso sexual de crianças e violência doméstica, ter oportunidades de satisfação sexual e de escolha em matéria de reprodução;
- 4) Sentidos, imaginação e pensamento: ser capaz de usar os sentidos, de imaginar, pensar e raciocinar - e fazer estas coisas de uma forma

'verdadeiramente humana'. Ser capaz de usar a imaginação e o pensamento em conexão com experimentar e produzir trabalhos e eventos auto expressivos de escolha própria, religiosa, literária, musical, e assim por diante. Poder usar a mente de cada um de forma protegida por garantias de liberdade de expressão com respeito tanto ao discurso político e artístico, quanto à liberdade religiosa. Ser capaz de buscar o sentido final da vida em sua própria maneira. Ser capaz de ter experiências agradáveis, e evitar dor desnecessária;

5) Emoções: poder ter apegos a pessoas e coisas; amar aqueles que nos amam e cuidam de nós, lamentar sua ausência; amar, lamentar, experimentar a saudade, a gratidão e raiva justificada. Não ter o próprio desenvolvimento emocional prejudicado por medo e ansiedade ou por eventos traumáticos de abuso ou negligência;

6) Razão prática: ser capaz de formar uma concepção do bem e de engajar-se na reflexão crítica sobre o planejamento da própria vida. Isto implica proteção para a liberdade de consciência;

7) Afiliação: A) ser capaz de viver com e para os outros, reconhecer e mostrar preocupação com outros seres humanos, para se engajar em várias formas de interação social; ser capaz de imaginar a situação de outro e ter compaixão por essa situação; ter a capacidade de justiça e amizade. B) Ter as bases sociais do autorrespeito e da não humilhação; ser capaz de ser tratado como um ser digno, cujo valor é igual ao de outros. Isto implica, no mínimo, em proteções contra a discriminação com base em raça, sexo, orientação sexual, religião, casta ou etnia;

8) Outras Espécies: poder conviver com a preocupação em relação ao meio ambiente, animais e plantas;

9) Lazer: ser capaz de rir, de brincar, de desfrutar de atividades recreativas;

10) Controle sobre o próprio ambiente: A) Político: poder participar efetivamente nas escolhas políticas que governam a própria vida; ter o direito de participação política, proteção da liberdade de expressão e associação. B) Material: ser capaz de possuir bens não apenas formalmente, mas em termos de oportunidade real; ter direitos de propriedade em pé de igualdade com os outros; ter o direito de procurar emprego em uma base de igualdade com os outros (NUSSBAUM, 2000, p. 78-80, tradução nossa).

A lista de Nussbaum (2000) está relacionada ao conceito de agência, apresentado por Sen (2000), dado que trata do indivíduo ativo, responsável por suas decisões e ações. Segundo Nussbaum (2000), os indivíduos precisam escolher sobre suas vidas, dignidade e bem-estar.

De acordo com Bagolin, Souza e Comim (2012, p. 392), a AC que compete aos estudos multidisciplinares, “pode ser considerada uma das alternativas mais abrangentes no atual debate relacionado ao desenvolvimento”. No entanto, “as aplicações práticas e/ou empíricas ainda são limitadas e passíveis de críticas e discussões”, por não haver consenso sobre sua operacionalização. Sua aplicação ainda demanda esforços adicionais de pesquisa, como aqui proposto.

2.1 LIBERDADES INSTRUMENTAIS

As liberdades instrumentais, de acordo com Sen (2000, p. 57), se referem às diferentes oportunidades “que contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento”. São meios para a operacionalização de liberdades substantivas, mas também são fins para sociedades desiguais.

Sen (2000) elenca cinco liberdades instrumentais, sendo: oportunidades sociais, facilidades econômicas, liberdades políticas, garantias de transparência e segurança protetora. Nessa pesquisa serão abordadas as três primeiras devido a relevância dessas para a ampliação das liberdades substantivas e em razão do curto período destinado à investigação.

As oportunidades sociais correspondem às “disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc.”. As facilidades econômicas tratam das oportunidades para a utilização de “recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca”. As liberdades políticas, se referem às liberdades de expressão, de diálogo político, de escolha de representantes, de fiscalização etc. (SEN, 2000, p. 59) as quais se passam a discorrer.

2.1.1 Saúde

A saúde, para Sen (2000, p. 303), se apresenta como “uma das condições mais importantes da vida humana”, fundamental para a garantia de uma vida digna, para a promoção de liberdades e para a diminuição de desigualdades sociais. Segundo o autor, “nenhuma concepção de justiça social que aceite a necessidade de uma distribuição equitativa e de uma formação eficiente das possibilidades humanas pode ignorar o papel da saúde na vida humana”.

Sen (2000, p. 303) argumenta que, algumas pessoas não acessam uma boa saúde devido a acordos sociais e não por sua escolha. O estado de saúde de uma pessoa, segundo o autor, é “inevitavelmente multidimensional”, pois pode ser influenciado por fatores econômicos e/ou ambientais.

A saúde, de acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, é classificada em funcionalidades e incapacidades. Considera como domínios da saúde: o ver, o aprender, o lembrar (aspectos do corpo humano), e como domínios relacionados à

saúde (aspectos contextuais): a educação, as interações sociais, o transporte etc. (OMS, 2001).

A funcionalidade e a incapacidade são modelos conceituais que tratam das interações entre o estado de saúde do indivíduo (doenças, lesões etc.) e os fatores contextuais (ambientais e pessoais). A funcionalidade abrange componentes das funções da estrutura do corpo, da participação social e das atividades realizadas pelo indivíduo. A incapacidade abrange as deficiências, as limitações e as restrições das funcionalidades (OMS, 2001).

As incapacidades relativas à saúde podem ser expressas em: modelo médico, que “considera a incapacidade como um problema da pessoa, causado diretamente pela doença, trauma ou outro estado de saúde, que requer assistência médica”; ou em modelo social, que considera a incapacidade como um “problema criado socialmente e, basicamente, como uma questão da integração plena do indivíduo à sociedade”, sendo uma questão de resolução política, pois “não é um atributo de um indivíduo, mas sim um conjunto complexo de condições, muitas das quais criadas pelo ambiente social”. A incapacidade, seja ela médica ou social, requer ação social e coletiva, de forma a efetivar a participação plena das pessoas com incapacidades em todas as áreas da vida social (OMS, 2001, p. 32).

De acordo com a OMS (2001, p. 243), a saúde depende de componentes pessoais individuais e ambientais, os quais “constituem o contexto completo da vida de um indivíduo e, em particular, a base sobre a qual os estados de saúde são classificados”. Entre os componentes pessoais estão inclusos o sexo, a idade, os hábitos, os estilos e as experiências de vida. Já, os componentes ambientais compreendem o individual e social no qual as pessoas vivem, os quais impactam sobre suas funcionalidades. O nível individual trata do ambiente imediato, como o domicílio, a escola e o local de trabalho, incluindo as interações sociais com a família, colegas e estranhos. O nível social inclui as estruturas sociais formais e informais que impactam sobre o indivíduo, como as atividades comunitárias, os órgãos governamentais, as legislações e os serviços de comunicação e de transporte. Esses componentes influenciam positivamente ou negativamente o desempenho dos indivíduos enquanto membros da sociedade (OMS, 2001).

2.1.2 Educação

De acordo com a UNESCO (1990), a educação é um instrumento necessário para que o indivíduo desenvolva suas potencialidades, viva e trabalhe com dignidade, melhore a qualidade de vida pessoal e coletiva, tome decisões fundamentadas e continue aprendendo. Entre as potencialidades estão a leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas, o conhecimento, os valores e as atitudes.

A educação, segundo Diniz, Marin e Feistel (2017, p. 232), permite ao indivíduo expandir suas liberdades substantivas e pode ser obtida a partir da escola, das interações sociais e/ou desenvolvida através dos meios de comunicação. Segundo os autores, quando o indivíduo se apropria da educação, “torna-se apto a participar da vida política, interagir com outras pessoas e ajudá-las, cuidar de sua saúde, entre outras atividades”. Essas participações, interações, cuidados consigo correspondem aos *beings and doings* (ser e fazer) valorados pelo indivíduo.

Segundo Unterhalter (2003), a educação pode ser vista como um funcionamento e como parte do exercício de agência a partir da reflexão, da compreensão e do reconhecimento de exercer suas capacidades. De acordo com Diniz, Marin e Feistel (2017), a educação amplia as opções de funcionamentos, ou seja, amplia o conjunto capacitário do indivíduo, habilitando-o para julgar e escolher os mais relevantes e de maior valor dentre as possibilidades disponíveis. Os autores complementam:

O maior nível de escolaridade eleva a compreensão da realidade, consolida opiniões e fornece a base para o indivíduo alterar aquilo que lhe impede de levar a vida que valora, como os cuidados com o meio ambiente, a tolerância frente à diversidade humana e o entendimento de seus direitos (DINIZ; MARIN; FEISTEL, 2017, p. 235).

O não acesso à educação implica em dificuldades que limitam a compreensão e a utilização de direitos legais pelo indivíduo, dificulta que consiga um emprego que seja vantajoso em termos monetários e dificulta a participação nas tomadas de decisão políticas (DINIZ; MARIN; FEISTEL, 2017). No caso das mulheres, segundo Unterhalter (2003), a falta de educação de meninas e mulheres limita suas liberdades e suas condições de agência refletidas na participação política, econômica e práticas de lazer.

O potencial para o progresso humano, de acordo com a UNESCO (1990, p. 06), depende do acesso à educação, sendo prioridade a educação básica, a melhoria da qualidade e a garantia de acesso à educação por meninas e mulheres. A educação

deve ter como objetivo proporcionar ao indivíduo superar os obstáculos que impeçam sua participação ativa na sociedade, tal que a UNESCO defende que os recursos voltados à educação básica “constituem o investimento mais importante que se pode fazer no povo e no futuro de um país”. Para Diniz, Marin e Feistel (2017, p. 235), “a educação pode ser considerada a base da liberdade humana”.

2.1.3 Economia

Na perspectiva do desenvolvimento baseado nas liberdades, Sen (2000, p. 20) considera que: "a liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social", focando no poder de escolha do indivíduo sobre o que deseja realizar. De acordo com o autor, o intercâmbio econômico permite ao "[...] indivíduo decidir que uso fazer das oportunidades de emprego e que opções de trabalho escolher [...]" (SEN, 2000, p. 367).

A liberdade de transações econômicas para o indivíduo, de acordo com Sen (2000, p. 123), favorece a independência econômica, oferece potencial para auferir o que deseja, fortalece a voz ativa, possibilita a participação social e contribui para a liberdade de agência. Sua privação, "[...] pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica", resultando assim, em uma "[...] privação absoluta de capacitações".

No caso das mulheres, segundo Sen (2000, p. 249), em muitas culturas, as liberdades de transações econômicas são sistematicamente negadas, prejudicando a liberdade de agência exercida por elas. Através da emancipação social e da independência econômica, as mulheres ganham poder que influencia "os princípios organizadores que governam as divisões dentro da família e na sociedade", melhorando suas posições nas tomadas de decisão e alterando as atitudes sociais a respeito das atividades econômicas realizadas por elas.

Os trabalhos não remunerados realizados pelas mulheres, como os cuidados relacionados à família, à maternidade e aos afazeres domésticos, quando não executados por escolha individual, podem impedir a destinação de tempo para outras atividades que desejam (DAVIS, 2016). Conforme Sen (2000, p. 226), o trabalho doméstico é por vezes: não remunerado e desconsiderado no “[...] cômputo das respectivas contribuições de mulheres e homens para a prosperidade conjunta da

família". Para Davis (2016), a emancipação econômica das mulheres está associada à abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade individual das mulheres.

2.1.4 Política

A liberdade de participação política é elemento constitutivo e instrumental da liberdade individual: importante por si mesmo, e pelo "efeito sobre a economia", ou seja, desempenha papel como "meio e fim do desenvolvimento" (SEN, 2000, p. 31).

A liberdade de participação política que se busca efetivar por governos democráticos possibilita que o indivíduo seja capaz de exigir dos governos a realização dos funcionamentos que promovem liberdade de agência (SEN, 2000). Segundo Ferrer (2019), a democracia aumenta a interlocução entre cidadãos e governos, garantindo condições para que os cidadãos se expressem, sejam ouvidos, e defendam suas posições, promovendo valores e prioridades necessárias para uma vida digna.

O exercício da liberdade de participação política se expressa no voto, na discussão, no debate, na crítica e no protesto; se destaca no seu papel instrumental de liberdade; e se manifesta em ações "centrais para os processos de geração de escolhas bem fundamentadas e refletidas" (SEN, 2000, p. 173).

A privação de participação política nega ao indivíduo a atuação em decisões relacionadas a assuntos públicos, restringindo a vida social e econômica. Portanto, "[...] sua negação é, em si, uma deficiência", pois a privação dessa liberdade acarreta a privação de outras (SEN, 2000, p. 24).

A participação das mulheres nas tomadas de decisões familiares e nas discussões comunitárias pode estar limitada pela desigualdade entre os sexos, negligenciando os interesses e posições dessas em ações a serem executadas (UNTERHALTER, 2003). Ferrer (2019) expõe que, em alguns países autoritários, as mulheres não escolhem sobre suas vidas, não podem escolher quando se casar; não é permitido terem propriedades; ou ainda, não têm a autonomia de locomoção. Impensáveis em países democráticos.

Segundo Zambam e Kujawa (2017, p. 66), as políticas públicas de acesso à saúde, à educação, ao emprego e à participação pública em diversos ambientes são centrais para o combate às privações de liberdades, dado que estas impedem a capacidade de escolha e o exercício da condição de agente ativo, fundamental para

a justiça social. As políticas públicas, segundo os autores, precisam “intervir nas causas da privação e promover o bem-estar individual integrado às demais perspectivas humanas, sociais e culturais”.

A partir do referencial teórico exposto sobre a ampliação das capacitações humanas, mais especificamente sobre as oportunidades sociais (saúde e educação), econômicas e políticas, buscar-se-á observar essas em mulheres trabalhadoras na comunidade de Encantadas, Ilha do Mel, Paranaguá, Paraná, Brasil pois as circunstâncias sociais, econômicas e políticas influenciam na realização dos funcionamentos e fruição das capacitações individuais.

2.2 LIBERDADES SUBSTANTIVAS

As liberdades, no seu papel constitutivo, são consideradas, por Sen (2000, p. 25), como liberdades substantivas. Elas se referem ao potencial das pessoas levarem a vida que elas têm razão para valorizar e trata das escolhas reais que elas possuem. Incluem capacidades elementares como ter condições de evitar a fome, saber ler, ter participação política e liberdade de expressão. Para o autor, “o êxito de uma sociedade deve ser avaliado, primordialmente segundo as liberdades substantivas que os membros dessa sociedade desfrutam”.

As liberdades substantivas, segundo Sen (2000, p. 33), possibilitam que o indivíduo assuma a condição de agente de transformações sociais por interagir com o mundo em que vive, influenciando-o. Como agente, o autor considera: “alguém que age e ocasiona mudanças e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos”.

Além da quantidade de opções, as liberdades substantivas dependem da atratividade das opções disponíveis para escolha, ou seja, a liberdade de realizar de acordo com o que se quer realizar, a qual depende da oferta de oportunidades adequadas dentre as quais as pessoas podem escolher. “Essas oportunidades são relevantes não só para o que as pessoas escolhem (e a utilidade que elas obtêm), mas também para quais opções úteis elas têm (e as liberdades substantivas que elas desfrutam)” (SEN, 2000, p. 158).

As liberdades substantivas focam na liberdade de agência das pessoas sobre suas escolhas “(independentemente do propósito com que elas usam essas liberdades)”, e não no grau em que seu auto interesse é satisfeito, ou seja, não há

necessidade de suportar quais as motivações para a escolha do indivíduo, pois o foco é na disponibilidade de liberdade e não na satisfação do interesse individual “(independentemente de a liberdade ser ou não usada em função do auto interesse ou de algum outro objetivo)” (SEN, 2000, p. 159).

Segundo Unterhalter (2003), as capacitações envolvem fatores sociais e culturais que moldam as preferências e percepções das pessoas a partir das liberdades que detém, nesse sentido, as preferências adaptadas são expostas a seguir.

2.2.1 Preferências Adaptadas

De acordo com Teschl e Comim (2005, p. 244), a adaptação de preferências "trata-se da existência de processos que impedem o livre exercício das escolhas autônomas dos indivíduos".

A partir das condições em que o indivíduo se encontra, da cultura a que faz parte, do local de moradia e contexto de vida, as escolhas são tomadas com base no que está disponível. Segundo Elster (1982 *apud* Teschl e Comim, 2005, p. 233), as preferências adaptadas, adaptativas ou resignadas referem-se a um "ajustamento das aspirações das pessoas às possibilidades viáveis", em que existe uma relação entre a autonomia de escolha e a frustração. A frustração "desempenha um papel fundamental na autonomia: como a frustração é uma situação insuportável para os indivíduos, estes tendem a adaptar-se", ou seja, quanto mais adaptados às condições a que estão submetidos, menos frustrados estarão e, conseqüentemente, menos autônomos de escolha e decisão.

A adaptação de preferências distorce a autoavaliação do bem-estar, pois o indivíduo pode passar por situações que não considera desejável para sua vida, porém, de acordo com o contexto e as condições disponíveis, se auto avalia como satisfeito. Nesse sentido, "[...] a autoavaliação das pessoas não representa de forma fiável o seu bem-estar" (TESCHL; COMIM, 2005, p. 232).

O processo de adaptação de preferências é apresentado por Elster (1982 *apud* Bagolin, 2005, p. 29):

[...] as pessoas têm conhecimento sobre as suas diferentes opções, sabem que serão melhores se ficarem com a primeira opção (preferem-na de facto). No entanto, por alguma razão, assumem que

não lhes é permitido ou possível ter o que gostariam de ter e, por isso, mudam as suas preferências e adaptam-se a algo que lhes é mais fácil (e/ou viável) através de um processo mental de contentamento.

Segundo Teschl e Comim (2005, p. 236), a adaptação de preferências possui subjetividade na distinção "entre o que as pessoas realmente preferem e o que são obrigadas a preferir". De acordo com Nussbaum (2000, p. 150), "reconhecer o carácter adaptativo de muitas preferências é o início da procura de uma verdadeira autodefinição".

3 DIFERENÇAS MARCADAS PELA SOCIEDADE E CULTURA: MULHERES, RAÇA E CLASSE

De acordo com Nussbaum (2000, p. 114), "as escolhas das pessoas estão sujeitas à influência de muitos fatores, tais como o hábito, o medo, as baixas expectativas e as condições de fundo injustas". Segundo Scott (1998), os sujeitos são constituídos pelas experiências e essas são influenciadas pelas categorias sociais em que o sujeito se encontra, conforme exposto na introdução: mulher, negra, trabalhadora e mãe. Conforme Sen (2000), circunstâncias sociais afetam as capacitações e a escolha das pessoas, tais como:

[...] os papéis sexuais e sociais (por exemplo, as responsabilidades especiais da maternidade e também as obrigações familiares determinadas pelo costume), pela localização (por exemplo, propensão a inundações ou secas, ou insegurança e violência em alguns bairros pobres e muito populosos), pelas condições epidemiológicas (por exemplo, doenças endêmicas em uma região) e por outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle ou ter um controle apenas limitado (SEN, 2000, p. 121).

De acordo com Rubin (1998, p. 03), os papéis sociais atribuídos para mulheres e homens são referenciados como um sistema de sexo/gênero, o qual trata de "uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana", definindo atividades a serem realizadas de acordo a categoria social do indivíduo.

De acordo com Barragán *et al* (2020), as mulheres sempre participaram dos processos de desenvolvimento de suas respectivas sociedades, contribuindo com seu trabalho, dentro e fora de casa, porém essas participações ocorrem em estruturas com iniquidades. Segundo as autoras, as políticas de desenvolvimento incorporam parcialmente as demandas de mulheres, especialmente daquelas de grupos populares, como de mulheres camponesas, indígenas, negras e urbano-marginais. Nussbaum (2000, p. 70) considera que: "[...] as sociedades estão longe de oportunizar o funcionamento verdadeiramente humano para as mulheres".

Segundo Unterhalter (2003), as desigualdades "sofridas" pelas mulheres manifestam-se por meio da carga excessiva de trabalho doméstico, da proibição de participação política e das discriminações no trabalho e nos salários. Essas desigualdades restringem a condição de agente das mulheres. Segundo Nussbaum (2000), algumas mulheres enfrentam cotidianamente dificuldades para a preservação

de sua integridade física e mental, devido às violências sofridas por serem mulheres, incluindo vivenciadas em relacionamentos conjugais.

Sen (2000) defende que, há necessidade de as mulheres desenvolverem liberdade de agência, pois essa reflete, não apenas em melhores condições de vida individual, mas também, no bem-estar das filhas e filhos e no desenvolvimento social. Segundo o autor,

o ganho de poder das mulheres por meio de oportunidades de emprego, medidas educacionais, direitos de propriedade etc. pode conceder a elas mais liberdade para exercer influência em várias questões, como, por exemplo, em relação à divisão intrafamiliar dos cuidados com a saúde, dos alimentos e outras mercadorias, às disposições referentes ao trabalho e às taxas de fecundidade; mas o exercício dessa liberdade ampliada compete, em última análise, à própria pessoa (SEN, 2000, p. 367).

A condição de agente das mulheres, a partir da participação social, econômica e política, de acordo com Sen (2000, p. 263), se relaciona "estritamente a muitas das características centrais do processo de desenvolvimento". Segundo o autor, "as vidas que as mulheres salvam por meio de uma condição de agente mais poderosa [,] certamente incluem as suas próprias" (SEN, 2000, p. 251).

Para denunciar "um sistema político, social e econômico desigual e injusto", a partir de um olhar integral sobre o indivíduo mulher, surge o feminismo (BARRAGÁN *et al*, 2020, p. 246). Para Ribeiro (2018), o feminismo é uma categoria política de contraposição à invisibilidade e à negação das mulheres em determinadas sociedades. Essa categoria tem por objetivo reivindicar mudanças sociais e institucionais, visando à igualdade de direitos e à superação de injustiças e imposições sofridas por mulheres.

Segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 42), o feminismo pode ser definido pela

resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada.

Para Lugones (2020), os referenciais teóricos do feminismo permitem entender a situação de opressões sofridas por mulheres e fornecer materiais, sem sucumbi-las. Os discursos relativos aos direitos humanos e as mulheres, segundo Crenshaw (2002, p. 172), construíram avanços conceituais a partir de diferentes conferências mundiais com a participação de mulheres ativistas, possibilitando uma mudança de perspectiva

“[...] quanto à relevância da diferença de gênero no projeto de ampliação dos direitos humanos das mulheres”, indicando que, as instituições de direitos humanos têm a responsabilidade de incluir em suas ações, análises de gênero.

A partir dos movimentos internacionais feministas, conforme Crenshaw (2002, p. 172), estabeleceu-se um “[...] consenso de que os direitos das mulheres não deveriam ser limitados apenas às situações nas quais seus problemas, suas dificuldades e vulnerabilidades se assemelhassem aos sofridos pelos homens”, pois segundo a autora, as diferenças nas condições de vida estão relacionadas a outros fatores identitários sociais das mulheres, como raça, classe, religião e orientação sexual, que influenciam nas vulnerabilidades que afetam desproporcionalmente as mulheres.

Segundo Guimarães (2008, p. 66), "as raças são, cientificamente, uma construção social" derivada simbolicamente dos discursos. Se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social a partir da classificação das pessoas como brancas, pretas ou pardas. Segundo o autor, a ideia de raça trata de "um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real", ou seja, a raça reporta-se às identidades sociais (GUIMARÃES, 2008, p. 76).

As categorias de raça dos estudos sociais do IBGE no Brasil são cinco: brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. Nestes estudos, segundo Guimarães (2008), o número de pessoas que se declaram pretos é diminuta comparado com a proporção do que se definem como pardos. As categorias pretos e pardos em muitas políticas públicas foram agregadas analiticamente devido à similaridade de condições entre elas, quando comparadas às condições dos brancos. Nos movimentos sociais, essas duas categorias são agregadas sob a denominação "negros". As desigualdades econômicas e sociais entre brancos e negros (pretos e pardos) resultam de diferentes oportunidades históricas de vida e das formas de tratamento a esses grupos raciais.

A produção acadêmica brasileira sobre gênero e raça, relata experiências de mulheres negras em movimentos sociais em busca de demandas específicas. Nesses movimentos, denunciam as desigualdades "no acesso à educação e os desníveis de renda entre as mulheres negras (pretas e pardas) em comparação com os homens negros, as mulheres brancas e os homens brancos" (FIGUEIREDO, 2008, p. 238).

Santos (2018) adverte que os estudos sobre mulheres, foram em sua maioria, embasados na experiência de mulheres brancas, assim como os estudos de raça

foram ancorados nas experiências masculinas. A mulher, considerada a partir da universalidade imaginada por mulheres brancas, não representa as mulheres negras, jovens, lésbicas, entre outras.

Estruturas de gênero e raça, segundo Brah (2006, p. 351), “[...] não podem ser tratadas como 'variáveis independentes' porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra - é constituída da outra e é constitutiva dela”. Conforme Figueiredo (2008, p. 241), gênero e raça “são subprodutos de um mesmo discurso que visa legitimar práticas de dominação masculina e racial”, colocando os homens brancos no topo da hierarquia social e as mulheres negras na base.

Para além das classificações de raça já institucionalizadas no Brasil pelo IBGE, na região onde a pesquisa ocorreu há uma outra identidade de raça que faz referência a miscigenação principalmente de brancos e indígenas, e que se valem de hábitos culturais distintos: caiçara, mais especificamente para esta pesquisa, as mulheres caiçaras.

Caiçara, segundo Diegues (1988, p. 10), é a denominação dada à população residente em comunidades localizadas ao longo do litoral do Paraná até o do Rio de Janeiro, e de miscigenação de “indígenas, colonos portugueses e negros”. A cultura caiçara apresenta saberes e técnicas relacionadas ao ambiente natural, mais especificamente com o mar e a terra. Segundo o autor, trata-se de um conceito sociológico, sobre o qual os caiçaras caracterizam-se por “[...] um conjunto de valores, de visões de mundo e simbologias, de tecnologias patrimoniais, de relações marcadas pela reciprocidade, de saberes associados ao tempo da natureza” (DIEGUES, 2005, p. 275).

Por viverem em comunidades, a economia “caiçara” se caracteriza pela produção para o consumo, sem a intenção de venda, e dependem dos recursos e dos ciclos da natureza, os quais definem a produção. A organização do trabalho baseia-se na mão-de-obra familiar, onde o trabalho não é tido como mercadoria (DIEGUES, 1988).

As relações entre homens e esses com a natureza caracterizam a cultura caiçara, os quais mantém tradições, crenças e percepções, essas baseadas em fortes vínculos de reciprocidade, atuando em prol da comunidade (DIEGUES, 1988). A reciprocidade presente nessa cultura, segundo Temple (2011), carrega valores humanos para a manutenção dos coletivos, apoiados tanto no plano real quanto no plano simbólico do imaginário.

Para Marx e Engels (1987, p. 102), há duas classes sociais fundamentais na sociedade capitalista: a burguesia, composta por "proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado", e o proletariado, composto por "trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver".

De acordo com Silva, Araújo e Pereira (2021, p. 12), a burguesia constitui-se em uma "classe social presente em qualquer sociedade em que tenha vigência relações capitalistas de produção, quer se trate de sociedade com relações capitalistas muito desenvolvidas ou não".

Os proprietários de meios de produção contudo não formam uma só classe, dado que o montante de aporte de capital que detêm podem ser "suficientemente grande de modo que permite viver exclusivamente do trabalho de outrem"; ou pequenos, cujo "aporte de capital atinge uma magnitude que permite empregar pessoas, mas impõe ainda a necessidade de 'trabalhar'; ou ainda, muito pequeno "cujo aporte é insuficiente para empregar pessoas" (SILVA; ARAÚJO; PEREIRA, 2021, p. 20).

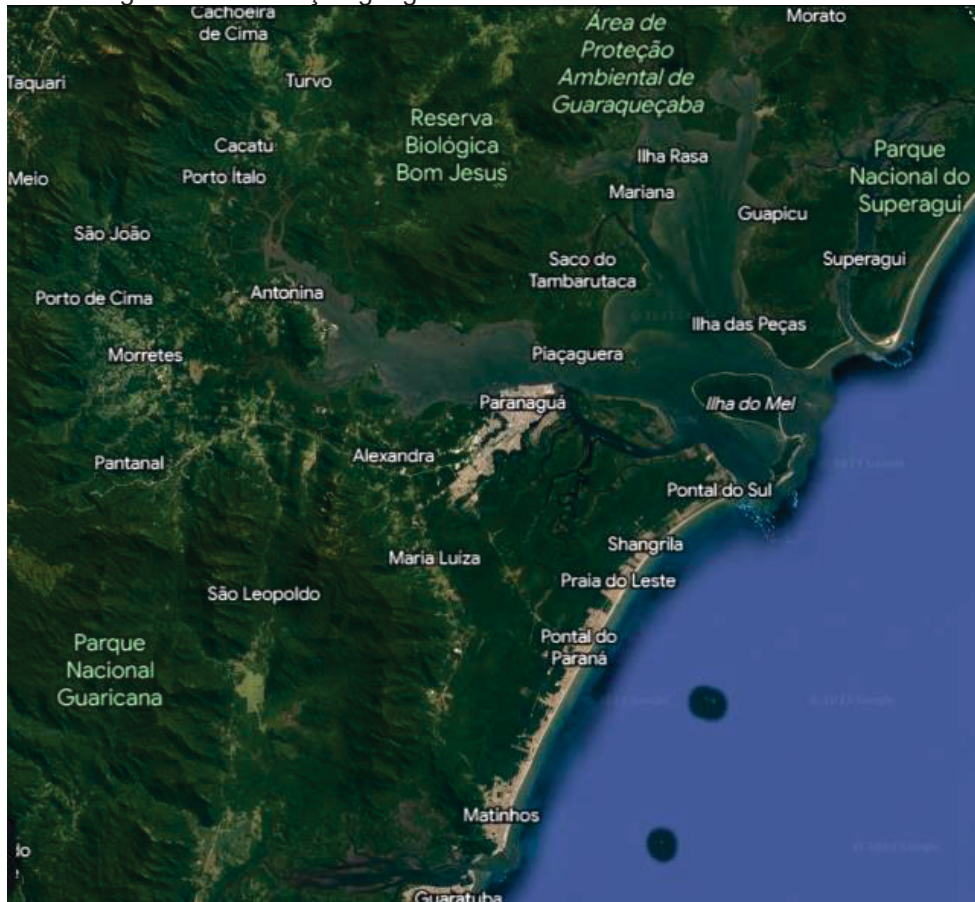
De acordo com Santos (2002 *apud* Silva, Araújo e Pereira, 2021, p.19), "[...] ainda que as diferenças sociais tenham dimensões de cor/raça, de sexo e de idade, dentre outras, não estão completamente desconectadas das relações sociais", ou seja, "as relações de classe jogam um papel decisivo na moldagem das outras formas de desigualdade".

Devido às desigualdades de gênero, escolaridade, classe e raça serem definidas socialmente, e evidenciarem problemas de desigualdades humanas, principalmente em países em desenvolvimento (LIMA; BAGOLIN, 2018), a avaliação das capacitações de mulheres pode ser aprofundada com a utilização da interseccionalidade como ferramenta analítica para a identificação das diferentes realidades vivenciadas.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: LITORAL DO PARANÁ E ILHA DO MEL

O Litoral do Paraná é composto, segundo Chemin e Abrahão (2014), por belezas naturais e paisagísticas que abrigam remanescentes da Mata Atlântica costeira, contabilizando 32 Unidades de Conservação - UC².

Figura 1: Localização geográfica do Litoral do Paraná e Ilha do Mel



Fonte: Google Earth (2015). Organização: a autora (2023)

Para Tiepolo (2015), o Litoral do Paraná, envolto à proteção ambiental, possui grande tensão ecossistêmica e social provocada pelas dinâmicas de uso e ocupação do solo. A região, para além das ocupações urbanas, conta com pequenas

² Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. As UCs são divididas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral, que objetivam preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, e Unidades de Uso Sustentável que compatibilizam a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

comunidades de lavradores e pescadores artesanais, as quais, conforme Diegues (2005), são populações que apresentam modos de vida relacionados ao mar e a terra e que com o avanço da criação das UCs foram restringidas de acesso e uso de solo em determinadas áreas, para além de outras, pela especulação imobiliária voltada para a atividade turística.

Segundo Felisbino (2022, p. 40), as mudanças de hábitos nas comunidades “caiçaras” foram trazidas por populações externas à comunidade que

[...] desterritorializaram o sujeito caiçara em seu território, fazendo com que migrassem para outros espaços, inclusive para a cidade, onde outras práticas levam a desterritorialidade do sujeito, entretanto, nunca na sua totalidade, já que o sujeito caiçara carrega traços do velho território e de suas territorialidades, mesmo que parcialmente nas novas territorializações.

O turismo, enquanto atividade produtiva e que se vale da valorização imobiliária, foi um fenômeno de alteração e especialização no Litoral do Paraná, oportunizado pela expansão dos transportes e pela difusão da acessibilidade; alcançou territórios até então isolados pelos processos de turistificação³ (KNAFOU, 1999).

Segundo Esteves (2004), foi devido ao *stress* dos grandes centros urbanos que os lugares preferidos e que despertaram maior fascínio para o turismo foram aqueles em que a natureza estava mais conservada, e especificamente no Brasil, a atração pelo “sol e praia”.

No Litoral do Paraná não foi diferente, a partir da década de 1970, a região passou por transformações significativas impulsionadas pela oferta de infraestrutura, como água tratada, energia elétrica e melhoria nas condições de acesso relacionadas às estradas. Na década de 1990, essas condições oportunizaram a consolidação da atividade turística na região (ANDRADE, PIOLA, CHEMIN, 2022).

De acordo com Chemin e Abrahão (2014), o turismo é uma das principais atividades econômicas em Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, Ilha do Mel em Paranaguá e algumas ilhas em Guaraqueçaba. A configuração espacial com áreas de proteção de Mata Atlântica e baías, para além das praias, atraem turistas que buscam contato com esses, principalmente com o mar durante os meses com maior

³ Turistificação: processo de apropriação do espaço geográfico pela atividade turística a partir da implantação da infraestrutura turística em lugares com potencial turístico, ou seja, é a transformação do espaço para atender aos interesses e demandas de pessoas de outras localidades que praticam o turismo (KNAFOU, 1999).

intensidade de sol.

A relação do homem com o mar em ambientes insulares, segundo Diegues (1998), define conceitos influenciados pela organização econômica, social e simbólica que se dão. A maritimidade é definida pelo conjunto de práticas humanas no espaço do mar. A insularidade é definida pelo isolamento de comunidades, e a ilheidade é definida pela forma de representações e comportamentos decorrentes desse “isolamento” - é o vivido pelos ilhéus, o particularismo da “gente do mar”.

A Ilha do Mel está localizada na desembocadura da Baía de Paranaguá e tem o uso do solo limitado em duas UCs: a Estação Ecológica⁴ da Ilha do Mel, criada em 1982, e o Parque Estadual⁵ da Ilha do Mel, criado em 2002 (PARANÁ, 2012). Essas duas UCs delimitam 95% do uso do solo da Ilha (TELLES; GÂNDARA, 2012).

O plano de manejo do Parque Estadual da Ilha do Mel, estabelece duas zonas em que é permitida a presença humana com regras específicas de conservação: a Zona de Uso Intensivo, destinada a estrutura necessária à gestão da UC, a visitação, lazer, educação e interpretação ambiental; e a Zona de Amortecimento⁶, destinada a integrar o parque as comunidades e incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis (PARANÁ, 2012).

A Lei nº 16.037/2009 dispõe que a Ilha do Mel constitui região de especial interesse ambiental e turístico do Estado do Paraná permitindo a realização da atividade turística em cinco das sete áreas definidas para proteção ambiental: a APE - Área do Parque Estadual; AC - Área de Costa; APO - Área da Ponta Oeste (Território Tradicional de Moradia e Subsistência da População Tradicional); AE - Área Especial (composta pela Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres); e AVL - Área de Vilas (abrange as áreas ocupadas de Fortaleza, Nova Brasília, Farol, Encantadas e Praia Grande) (PARANÁ, 2009).

Por volta da década de 1920, a Ilha do Mel já era visitada, majoritariamente, por famílias residentes de Curitiba para lazer (TELLES; GÂNDARA, 2012). Na década de 1980, a atividade turística se estabeleceu na Ilha, exercendo a dinâmica territorial

⁴ Estação Ecológica tem como objetivo a preservação integral da natureza e a realização de pesquisas científicas (BRASIL, 2000).

⁵ Parque Estadual possui certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

⁶ Zona de Amortecimento refere-se ao entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (BRASIL, 2000).

vigente, modificando o ritmo do cotidiano (FRIGO, 2018) ao receber turistas de diversas partes do Brasil e do mundo. Esses atraídos pelas paisagens naturais, trilhas sem pavimento e ausência de veículos automotores (TELLES; GÂNDARA, 2012).

De acordo com Esteves (2004), simultaneamente ao processo de expansão do turismo ocorreu a desagregação social e cultural, e a degradação ambiental na Ilha. Com a chegada de novos moradores, e a ausência de ações do setor público, também ocorreram modificações socioambientais e econômicas, em desconformidade com a legislação sobre a ocupação e uso do solo na Ilha (Decreto nº 3.502/97 e Lei nº 16.037/2009), transformando a realidade local.

Segundo Andrade, Piola e Chemin (2022, p. 14), com o crescimento dos empreendimentos turísticos, a paisagem da Ilha do Mel vem sofrendo alterações

[...] de uma comunidade composta por casas simples de madeira e ranchos de pesca, para uma comunidade com construções de alvenaria, algumas vezes com mais de um andar, voltadas à atividade turística e assemelhando-se à oferta de destinos localizados no continente, oferecendo, por exemplo, ar-condicionado, banheira, piscina, entre outras comodidades.

Segundo Denkewicz (2016), o crescimento do turismo promoveu outras atividades produtivas, para além daquelas habituais, pesca artesanal e agricultura de autoconsumo, como: embarcações para a travessia de turistas, comércio voltado ao turismo, transporte manual de bagagens e serviços de hospedagem e alimentação. Segundo Denkewicz *et al* (2021, p. 105), na Ilha, “aproximadamente 90% da população trabalha diretamente ou indiretamente” com atividades ligadas ao turismo. A Figura 3 demonstra a utilização da água e da faixa de areia para o turismo na Praia de Encantadas.

Figura 3: Alta temporada turística na Praia de Encantadas



Fonte: acervo pessoal (2019).

A dinâmica de trabalho, não mais para a produção de subsistência e sim para obtenção de renda, foi levantada por Almeida e Biazin (2009) que mencionam que, na Ilha do Mel em 2009, 80,7% dos trabalhadores da Ilha se dedicavam diretamente ao turismo, os quais passaram a receber salários. Desse total, 27,6% recebiam um salário-mínimo, 23,4% dois salários-mínimos, 12,4% três salários-mínimos, 9% quatro salários-mínimos e 3,4% mais do que cinco salários-mínimos. De acordo com os autores 63,4% dessa população possuía ensino fundamental, 20,7% ensino médio e 15,9% ensino superior.

Outra atividade produtiva realizada pela população da Ilha é o da pesca da tainha, onde as mulheres pescadoras, segundo Frigo (2018, p. 48), são “responsáveis por grande parte do trabalho realizado no cotidiano do acampamento de pesca”.

Para Frigo (2018), as relações sociais que determinaram as atividades produtivas na Ilha foram definidas pela relação entre os indivíduos residentes com o mar e entre esses e a população externa. O fluxo de pessoas externas à Ilha se intensifica no verão, o que reflete na configuração do turismo de sol e mar, e no inverno, o fluxo externo é menor, e é quando os residentes se dedicam à pesca, principalmente a “Pesca Tradicional da Tainha”, realizada entre os meses de maio e julho, demonstrada na Figura 4.

Figura 4: Pesca Tradicional da Tainha



Fonte: acervo pessoal (2020).

Segundo Denkwicz (2020), a redução do turismo nos meses de inverno ocorre em praticamente todo o litoral sul brasileiro devido às condições climáticas. Sob a ótica do turismo, de acordo com Lohmann e Panosso Netto (2012), a concentração da atividade turística em determinados períodos do ano na mesma região denomina-se sazonalidade.

Com base no exposto, na Ilha do Mel, o turismo e a pesca apresentam relevância nas configurações social e econômica, nas quais há a participação de mulheres, o que justifica avaliar suas capacitações por meio das liberdades instrumentais nas dimensões social, econômica e política, e das liberdades substantivas.

5 METODOLOGIA

5.1 CAMINHO METODOLÓGICO

A corrente teórica utilizada é a da Abordagem das Capacitações - AC de Sen (2000) e de Nussbaum (2000). De acordo com Sen (2000, p. 113), “[...] algumas capacitações são mais difíceis de medir do que outras, e as tentativas de submetê-las a uma 'medida' podem às vezes ocultar mais do que revelar”. Por isso, a avaliação prática a partir da AC possui três vertentes: a abordagem direta, a abordagem suplementar e a abordagem indireta.

A avaliação direta consiste em examinar os funcionamentos e o conjunto de alternativas capacitário do indivíduo. A avaliação suplementar foca na comparação dos funcionamentos, os quais estão associados ao nível de renda, grau de escolaridade, disponibilidade e abrangência de serviços de saúde, entre outros. A avaliação indireta analisa as influências causais das capacitações do indivíduo que não podem ser observadas diretamente, como as rendas ajustadas (SEN, 2000).

Nessa pesquisa será utilizada a avaliação direta por meio do conjunto capacitário das mulheres moradoras da Ilha do Mel a partir de suas liberdades instrumentais e substantivas. As liberdades instrumentais são avaliadas a partir das categorias: social, contemplando nessa a saúde e a educação; econômica; e política. As liberdades substantivas são avaliadas a partir dos funcionamentos valorados realizados e não realizados e a condição de agência das mulheres.

5.2 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DA AC

Para reafirmar a escolha das categorias de avaliação e operacionalização da Abordagem das Capacitações, indicadas pela abordagem teórica, nesta pesquisa optou-se por uma revisão de literatura para apoio metodológico, na qual buscou-se observar as metodologias de operacionalização da AC utilizadas em pesquisas já publicadas.

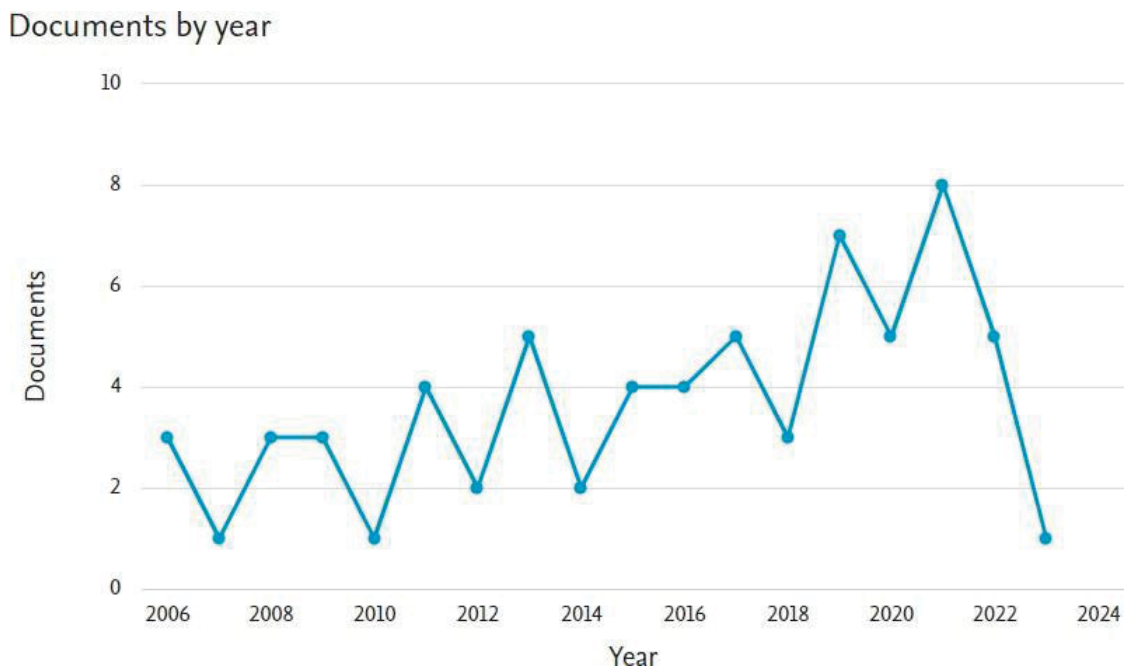
A base de dados escolhida para a pesquisa foi a *Scopus* com acesso pelo Portal de Periódicos CAPES. A pesquisa utilizou os buscadores: "*capability approach*" e "*operationalization*", com o bolearador *AND*. Dois filtros foram utilizados para a seleção: "*Article title, Abstract, Keywords*" (título do artigo, resumo, palavras-chave);

e "Open Access"⁷ (acesso livre).

O resultado no primeiro filtro foram 66 arquivos e no segundo 21 arquivos. Desses, três não estavam liberados nos *sites* oficiais e foram encontrados na plataforma digital colaborativa *Sci-Hub*.

Os anos de publicação, que não tiveram intervalo para busca e seleção, evidenciam a atualidade, dado que apontam publicações entre 2006 e 2023, com maior número de publicações em 2021 (Gráfico 1):

Gráfico 1: Publicações sobre AC por ano



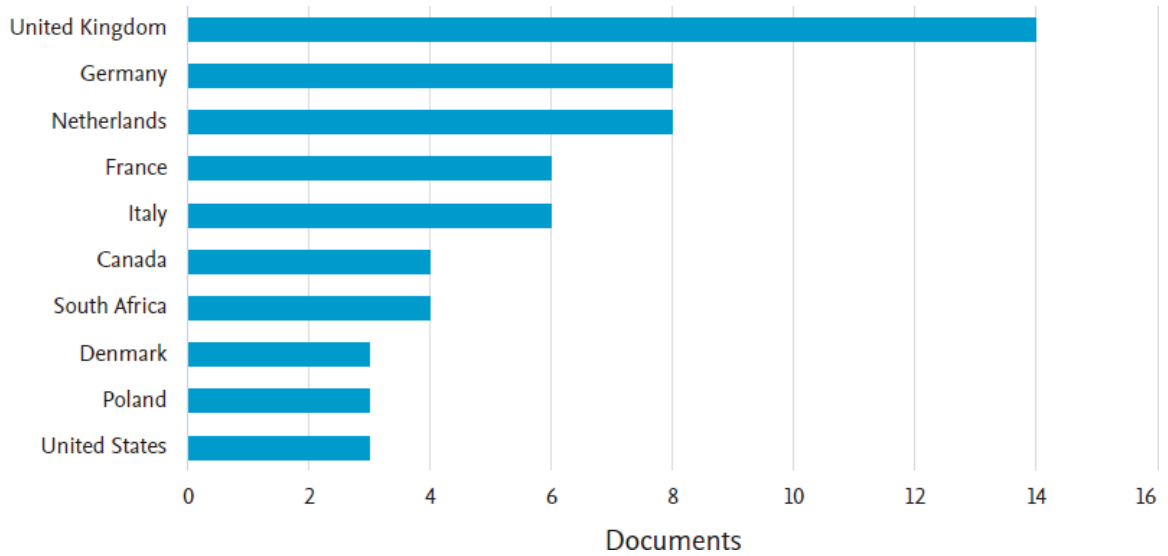
Fonte: a autora via SCOPUS (2023).

Entre os países de origem das publicações, o Brasil não apresentou resultados. A maioria das publicações são europeias (Gráfico 2).

⁷ A escolha de publicações *Open Access* refere-se a democratização do acesso à informação científica. A perspectiva do *Open Access*, segundo Júnior (2019, p. 45), opera como um meio de contestação às regras vigentes do mercado científico e “[...] debatem novas formas de cooperação entre sistemas informacionais, com o intuito de disponibilizar material científico para que tenham maior visibilidade”.

Gráfico 2: Países de origem das publicações sobre AC
Documents by country or territory

Compare the document counts for up to 15 countries/territories.



Fonte: a autora via SCOPUS (2023).

As publicações foram lidas, fichadas, e sobre as quais buscou-se identificar as metodologias de operacionalização de AC. Das publicações, sete utilizaram metodologia quantitativa, quatro utilizaram metodologia qualitativa, duas utilizaram metodologia qualitativa/quantitativa e oito eram teóricas, sem detalhamento dos procedimentos metodológicos aplicados.

Nas pesquisas quantitativas foram utilizados índices para medição de capacitações, como: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Privação na Participação Social (DSP).

Foram observados seis autores com metodologias de operacionalização qualitativas (Quadro 1):

Quadro 1: Metodologias de operacionalização qualitativa de AC

Autores	Síntese dos procedimentos metodológicos utilizados
NAERLAND; DAHL (2022)	Tema: representação de grupos minoritários nos programas televisivos a partir da AC de Sen (1993); Nussbaum (2000) e Robeyns (2003) População-alvo: jovens imigrantes da Noruega Instrumentos de coleta de dados: entrevistas em grupos focais Análise dos resultados: identificação das capacitações promovidas por mídias de serviços públicos (inclusão e participação em conteúdo de entretenimento), com análise empírica das capacitações junto a jovens imigrantes da Noruega, por meio de entrevistas em grupos focais, especialmente sobre inclusão e participação
VEEN <i>et al.</i> (2022)	Tema: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF/OMS) em conjunto com a AC. População-alvo: usuários do <i>app</i> E-Saúde na Holanda

	<p>Instrumentos de coleta de dados: utilização do <i>app</i> E-Saúde respondido por pacientes em consultas clínicas</p> <p>Análise dos resultados: análise da ferramenta digital E-Saúde nas consultas clínicas a partir das respostas dos pacientes</p>
MAROVAH (2019)	<p>Tema: a educação para a cidadania e as capacitações humanas</p> <p>População-alvo: estudantes do último ano do curso de licenciatura em duas faculdades de Zimbábue</p> <p>Instrumentos de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas e aprofundadas; grupos focais e pesquisa documental</p> <p>Análise dos resultados: agrupamento das entrevistas pelo <i>software</i> Nvivo. Análise sobre em que medida a formação de professores promove a cidadania crítica e a formação de capacitações humanas. Captação e interpretação das vivências dos docentes em relação às dimensões de cidadania</p>
BIGGERI <i>et al.</i> (2011)	<p>Tema: políticas sociais destinadas à Pessoas com Deficiência (PCD) a partir da AC</p> <p>População-alvo: grupos de aconselhamento de PCDs na Itália</p> <p>Instrumentos de coleta de dados: estratégia de mosaico e projeto de vida</p> <p>Análise dos resultados: análise dos projetos de vida elaborados pelos participantes da pesquisa e mapeamento das necessidades, características e desejos de uma PCD ao longo da vida pessoal e comparação com as políticas disponíveis</p>
BARBUTO; BIGGERI; GRIFFO (2011)	<p>Tema: bem-estar e direitos humanos de Pessoas com Deficiência (PCD)</p> <p>População-alvo: PCDs na Itália</p> <p>Instrumentos de coleta de dados: projeto de vida a partir de abordagem multidisciplinar; entrevistas em grupos de aconselhamento de pares</p> <p>Análise dos resultados: avaliação dos funcionamentos realizados e as limitações de serviços públicos e privados para as capacitações de PCDs</p>
WALKER <i>et al.</i> (2009)	<p>Tema: pedagogias de universidades da África do Sul para a ampliação das capacitações através da educação</p> <p>População-alvo: três universidades da África do Sul com professores, estudantes e egressos</p> <p>Instrumentos de coleta de dados: entrevistas</p> <p>Análise dos resultados: desenvolvimento de um Índice de Capacitações Profissionais a partir de um quadro de pontuação das capacitações de Sen e Nussbaum</p>

Fonte: a autora (2023).

A partir das bibliografias selecionadas observa-se que, não há uma única metodologia de operacionalização qualitativa da AC, essas dependem da escolha do pesquisador a partir dos objetivos propostos, mas resultam em análises/avaliações de discurso obtidas por entrevistas. Veen *et al.* (2022, p. 07) salientam que, "devido à natureza ampla e abstrata da AC, a [observação da] operacionalização na prática é um desafio. Uma barreira potencial da operacionalização é a incerteza sobre a forma de avaliar os resultados para as pessoas". Till *et al.* (2021, p. 21) argumentam que: "[...] as dificuldades empíricas de operacionalizar a abordagem da capacidade [...] têm demonstrado que a natureza multidimensional depende do contexto".

Considerando que, o objeto é focar o papel constitutivo de mulheres, ou o uso de um conjunto capacitário que as mulheres têm para realizar o que valorizam para viver, a metodologia utilizada é qualitativa, com obtenção de informações a partir da escuta por entrevistas. A pesquisa de caráter qualitativo, é definida por Martins (2004,

p. 289) como: “aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados”.

5.3 PESQUISA DE CAMPO

O instrumento utilizado para a coleta de informações foi a entrevista. A entrevista, como fonte de informações para uma pesquisa, é, segundo Gil (2008), o instrumento mais utilizado nas ciências sociais por possibilitar a coleta de informações aprofundadas em relação ao comportamento dos indivíduos e aos aspectos da vida social que interessam à investigação.

A unidade-caso (GIL, 2002) nesta pesquisa são mulheres que residem na comunidade de Encantadas, Ilha do Mel, com idade superior a 18 anos e que participam de atividades produtivas do turismo e da pesca, pelo papel dessas atividades no local.

A delimitação do número de entrevistas não seria necessária por ser uma pesquisa social que trata do conjunto capacitário que é individual, diferente para cada pessoa, contudo, pela interseccionalidade, definida socialmente, de raça e classe das mulheres, optou-se por uma amostra estratificada não proporcional que, segundo Gil (2008, p. 92), se caracteriza “pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada” em que “a extensão das amostras dos vários estratos não é proporcional à extensão desses estratos em relação ao universo” (p. 93). Segundo Sampaio e Lycarião (2021, p. 74), “a estratificação de uma amostragem ocorre quando suas unidades são coletadas ou manipuladas (após a coleta) com base em algum critério que subdivida a amostra em diferentes estratos”.

O método de saturação também foi utilizado para delimitar o número de entrevistas a serem realizadas, apesar do entendimento de que não seria necessário devido ao conjunto capacitário ser uma particularidade de cada indivíduo. Contudo, trata-se de uma comunidade de ilhéus (maritimidade, insularidade e ilheidade), com cultura particular e relações sociais que acabam sendo comuns aos indivíduos pesquisados, o que pode levar a discursos similares, jamais idênticos. De acordo com Fontanella, Ricas e Turato (2008, p. 17), esse método compreende a “suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição”.

A escolha das entrevistadas ocorreu por conveniência devido à disponibilidade

e interesse de participação. As entrevistas ocorreram em espaços públicos, incluindo a praia, de acordo com a proximidade de moradia ou local de trabalho das mulheres entrevistadas, e em horários que não houvesse interferência em suas atividades produtivas, de maneira a evitar prejuízo financeiro. As entrevistas foram realizadas face a face com duração de 30 a 60 minutos acompanhada de um roteiro de perguntas que foram direcionadas pela pesquisadora às entrevistadas, as quais receberam números para não permitir a identificação, sendo os discursos gravados (áudio) e transcritos em computador pessoal para análise do conteúdo.

O roteiro de entrevistas foi dividido em três partes: dados pessoais, vida social e percepção das mulheres sobre suas capacitações. Nos dados pessoais, compreende as perguntas: classe; escolaridade; filhos, idade e autodeclaração racial (preta, parda, branca, indígena, amarela, caiçara), ou seja, dados monádicos que se referem à unidade de observação focada na identidade do sujeito entrevistado. A segunda parte diz respeito às liberdades instrumentais das mulheres nas dimensões de saúde, educação, economia e política; são informações (dados) de caráter comum na sociedade, porém com liberdades individuais de usos distintos a partir de cada uma delas. A terceira diz respeito às liberdades substantivas, sobre o conjunto capacitário das mulheres, a partir dos funcionamentos que valoram.

Nos apêndices constam o roteiro de entrevistas, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e a aprovação no Comitê de Ética em Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

A entrevista teste ocorreu no dia 13 de abril de 2023, quando o roteiro de perguntas para captar as informações relacionadas aos objetivos da pesquisa foi ajustado. As datas de realização das entrevistas foram definidas a partir da disponibilidade das participantes. As entrevistas foram realizadas em 19, 20, 24 e 28 de abril e 03 de maio.

5.4 CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

No total foram seis entrevistas com mulheres que atuam com pequenos estabelecimentos nos segmentos de hospedagem, passeios náuticos, alimentos e bebidas, comércio e entretenimento, sendo que uma delas também atua na pesca da Tainha. Das seis entrevistadas, quatro se identificaram como caiçaras, sendo que duas delas nasceram na Ilha, uma migrou para a Ilha do Mel ainda na infância

acompanhando a família e uma nasceu em outra ilha da região (Ilha dos Valadares), também com características da cultura caiçara. A raça foi considerada a partir da autodeclaração, em que quatro se autodeclararam brancas, uma parda, uma preta. A classe foi analisada pela propriedade dos meios de produção, sendo consideradas proprietárias, as que detêm os meios de produção, e empregadas, as que detêm a força de trabalho, vendida aos proprietários dos meios de produção: cinco das entrevistadas foram classificadas como proprietárias, e uma entrevistada como empregada. A faixa etária das entrevistadas varia entre 30 anos a 58 anos (Quadro 2).

Quadro 2 – Identificação das entrevistadas

Entrevistada	Classe	Escolaridade	Filhos	Idade	Autodeclaração racial e cultural	Tempo de moradia na Ilha
01	Proprietária	Ensino médio completo	Não	51	Preta	18 anos
02	Proprietária	Ensino médio completo	2	43	Branca e estrangeira (Argentina)	20 anos
03	Proprietária Pescadora	Ensino médio completo	1	58	Branca e Caiçara	Nascida na Ilha
04	Empregada	Ensino superior em andamento	1	30	Parda e Caiçara	5 anos Nascida na Ilha dos Valadares, Paranaguá
05	Proprietária	Ensino superior completo	2	34	Branca e Caiçara	Desde a infância
06	Proprietária	Ensino médio/técnico completo	Não	45	Branca e Caiçara	Nascida na Ilha

Fonte: elaboração da autora (2023).

5.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A análise das entrevistas ocorreu através da técnica “Análise de Conteúdo” que, de acordo com Sampaio e Lycarião (2021, p. 45), consiste em "uma técnica de pesquisa que busca permitir a criação de inferências sobre determinado conteúdo".

Para tanto, são utilizados "conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos" (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p.17).

As entrevistas foram gravadas e transcritas em dois *softwares* livres: o

Transkriptor e o *Trint*. Posteriormente, os textos foram separados manualmente a partir das categorias de análise definidas.

O conteúdo das entrevistas foi interpretado por meio das categorias avaliativas das liberdades instrumentais: social (saúde e educação), econômica e política, e substantivas, que juntas compõem o conjunto capacitário de Sen (2000); e das capacitações humanas de Nussbaum (2000). A apresentação dos resultados segue a ordem das dimensões para avaliação da AC (Quadro 3).

Quadro 3: Dimensões de avaliação das capacitações de Nussbaum e das liberdades de Sen

Dimensões de Avaliação	Capacitações NUSSBAUM (2000)	Liberdades Instrumentais/ Substantivas SEN (2000)
<p>Saúde (integridade física e mental)</p> <p>Educação (acesso, qualificações realizadas)</p> <p>Economia (renda ou remuneração, jornada de trabalho remunerado, cuidados pessoais e com a família, lazer)</p> <p>Política (participação em organizações sociais não governamentais e governamentais)</p> <p>Condição de agência (autonomia de escolha, preferência adaptadas)</p>	<p>A vida</p> <p>Saúde corporal</p> <p>Integridade corporal</p> <p>Sentidos, imaginação e pensamento</p> <p>Emoções</p> <p>Razão prática</p> <p>Afiliação</p> <p>Outras Espécies</p> <p>Brincar</p> <p>Controle sobre o próprio ambiente: Político e Material</p>	<p>Liberdades Instrumentais</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Economia</p> <p>Política</p> <p>Liberdades Substantivas</p> <p>Funcionamentos</p> <p>Conjunto capacitário</p>

Fonte: SEN (2000) e NUSSBAUM (2000). Organizado pela autora (2023).

Devido as capacitações dependerem, segundo Sen (2000, p. 366), "da natureza das disposições sociais, as quais podem ser cruciais para as liberdades individuais", a metodologia prevê uma análise interseccional⁸ de raça e classe das mulheres entrevistadas.

A análise interseccional nessa pesquisa, foi observada a partir da descrição das diferenças entre as categorias identitárias, que ocorreu no mesmo espaço das categorias avaliativas, onde foram observadas as diferenças entre as mulheres: mães e as que não tem filhos; negras e brancas; proprietárias e empregadas; e quando possível, caiçaras e "outra cultura".

⁸ A análise interseccional, de acordo com Crenshaw (2002, p. 177), permite observar como sistemas discriminatórios como o racismo e o patriarcado "[...] criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias". Esses sistemas discriminatórios, segundo a autora, "[...] frequentemente se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam".

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos resultados foi dividida em duas seções. A primeira corresponde à avaliação das liberdades instrumentais: saúde, educação, economia e política, as quais podem ampliar ou limitar as liberdades substantivas. A segunda compreende as liberdades substantivas a partir dos funcionamentos valorados realizados e não realizados, da condição de agência das mulheres e das preferências que são adaptadas devido a fatores sociais e/ou culturais.

6.1 LIBERDADES INSTRUMENTAIS

6.1.1 Saúde

A saúde, segundo Sen (2000), pode ser considerada uma das dimensões mais importante da vida humana pois a condição de saúde do indivíduo define o acesso a outras liberdades. De acordo com o autor, algumas pessoas não acessam uma boa saúde devido às limitações de ordens sociais, econômicas e/ou ambientais. Para Nussbaum (2000, p. 78), a saúde física corresponde a "ser capaz de ter boa saúde, inclusive reprodutiva, para ser adequadamente nutrido".

De acordo com a OMS (2001), a saúde é considerada a partir de aspectos pessoais específicos do corpo humano como o ver, o andar, o aprender e aspectos contextuais do ambiente em que o indivíduo se encontra, como na educação e nas interações sociais.

A saúde para a Entrevistada 4 está vinculada ao uso de medicamentos e de serviços médicos (conteúdos no discurso). Sobre medicamentos comenta que o uso desses, a faz gozar de "boa saúde": "A única questão da minha saúde é que eu tenho um problema respiratório. Mas são problemas controlados por medicamentos que eu tenho desde pequena. Então é só essa questão. Mas eu tenho uma boa saúde". A Entrevistada 4 também comenta que: os serviços de saúde na comunidade são realizados somente no Posto de Saúde, não existindo clínicas, farmácias ou outros estabelecimentos privados: "O nosso posto de saúde aqui é carente demais. Não tem nem ginecologista [...] você tem que buscar isso em outros lugares, ir para cidade e tal".

De acordo com a Entrevistada 4, a liberdade para gozar de boa saúde depende

de medicamentos e profissionais da saúde, sendo esses promovidos pelo Estado ou acessados através da esfera privada, e ainda, não são produzidos no local. Ou seja, o gozar de boa saúde não depende de seu conjunto capacitário, ou de suas liberdades substantivas, mas sim das oportunidades sociais a que tem acesso. Para a Entrevistada 4, há obstáculos no lugar onde vive para que as liberdades instrumentais de saúde sejam realizadas.

A saúde como dependente de decisões externas às suas liberdades de escolha, também foi comentada pelas Entrevistadas 5 e 6, sendo esse instrumento explanado como se dependesse de outros. Se referindo ao Posto de Saúde da comunidade, a Entrevistada 5 expõe: "[...] falta de médicos, falta de medicamentos, atendimento fora do horário que não tem", completa a Entrevistada 6: "[...] não tem ginecologista [...] antigamente tinha. Era uma vez por semana. E daí simplesmente não tem mais. Então fica bem difícil. Tem que ir a Paranaguá, tem que pagar".

Nos discursos das Entrevistadas 5 e 6, a saúde não é vista como algo inerente ao corpo humano, mas sim algo que depende da estrutura social, interpretada como algo que deve ser fornecido pelo Estado, de forma gratuita e em tempo integral.

A Entrevistada 3, que nasceu na Ilha do Mel, mas se mudou com a família quando criança para a Ilha dos Valadares, em Paranaguá, comenta que após seu retorno à Ilha do Mel obteve melhoria em sua saúde devido ao contato com a natureza, ou seja, atribui a sua saúde ao ambiente, ou ainda, a natureza que envolve o ambiente:

[...] minha saúde melhorou muito depois que eu vim pra cá [...] eu vivia no hospital direto não conseguia mais nem andar. Depois que a gente veio embora pra ilha [...] cheguei até voltar a trabalhar [...] qualidade de vida mesmo né. É no meio da natureza. A poluição lá matava. Nossa muito bom. Pra mim viver aqui é maravilhoso (ENTREVISTADA 3).

A integridade física, segundo Nussbaum (2000, p. 78), se refere ao indivíduo "ser capaz de mover-se livremente de um lugar para outro; ter os limites corporais tratados como soberanos, ou seja, ser capaz de estar seguro contra agressões". De acordo com a OMS (2001), a saúde tem influências contextuais do ambiente em que o indivíduo se encontra. As Entrevistadas 5 e 6 comentam sobre a integridade física ao andarem pela comunidade relacionando-a com a familiaridade entre os moradores:

Eu me sinto totalmente segura por andar [...] aqui na comunidade, eu me sinto segura, porque a gente é praticamente todo mundo família. Se acontece

alguma coisa, todo mundo vai te proteger [...] eu acho um lugar seguro aqui (ENTREVISTADA 5).

[...] caminho tranquila aqui, na cidade não. Porque a cidade tem muito mais gente [...] aqui na ilha a gente conhece todo mundo. Se uma pessoa estranha chega a gente já fica em alerta. Eu posso andar aí de noite. De madrugada [...] é bem tranquilo (ENTREVISTADA 6).

Em relação a saúde das mulheres, Nussbaum (2000) discute que, essa também é psicológica, podendo ser consequência de relacionamentos conjugais, tal como argumenta a Entrevistada 5, para a qual, o seu relacionamento conjugal e no trabalho influenciam na sua saúde psicológica: "[...] estou fazendo um tratamento psicológico por questões pessoais, tanto no trabalho quanto na relação casamento. Mas nada que me impeça, nada que esteja tão ruim assim. É só para bem de saúde".

De acordo com Sen (2000), a liberdade de gozar de boa saúde pode ser uma liberdade substantiva, quando a pessoa não a tem como liberdade instrumental, como exposto pela Entrevistada 4, diferentemente das Entrevistadas 5 e 6, as quais argumentam sobre a saúde como uma liberdade de acesso social e da Entrevistada 3 que atribui a saúde à natureza.

Por meio dos discursos das entrevistadas, avalia-se que a saúde é tanto uma liberdade instrumental como substantiva, para além de ser tratada como uma liberdade social e ambiental.

6.1.2 Educação

De acordo com Diniz, Marin e Feistel (2017), a educação amplia as capacitações do indivíduo, habilitando-o para julgar e escolher as opções mais relevantes e de maior valor para si dentre as possibilidades disponíveis.

Para Biesdorf (2011), a educação, que independente de ocorrer num espaço formal ou informal, proporciona aos indivíduos conhecimentos e comportamentos que os tornam aptos a atuarem na sociedade. De acordo com Nussbaum (2000, p. 78), a educação proporciona ao indivíduo a capacidade de "usar os sentidos, de imaginar, pensar e raciocinar - e fazer estas coisas de uma forma 'verdadeiramente humana'".

A educação escolar, de acordo com a UNESCO (1990), é um instrumento que possibilita que o indivíduo desenvolva suas potencialidades, viva e trabalhe com dignidade, melhore a qualidade de vida pessoal e coletiva, tome decisões fundamentadas e continue aprendendo.

A educação superior para a Entrevistada 2 é um desejo, contudo, sente impedida de realizar por questões econômicas, de tempo e de falta de liberdade de escolha: "[...] eu tenho a questão econômica, tenho a questão do tempo, que eu tenho que trabalhar. É muita coisa pra lidar. Nesse momento não posso mesmo que eu quero não poderia".

A Entrevistada 4, por sua vez, comenta que no momento estuda, conciliando com o emprego, a maternidade e a “vida pessoal”:

Conciliando a minha vida acadêmica com a minha vida de mãe, minha vida do proletariado com a minha vida pessoal. Todas essas questões. Eu ainda tenho me esforçado. Fiquei bem feliz de ter entrado na faculdade e a minha intenção é quando acabar a faculdade, entrar no mestrado. Sempre estar me especializando e melhorando (ENTREVISTADA 4).

Comenta ainda que, a liberdade de frequentar uma educação superior morando numa ilha que não dispõe de uma Instituição de Ensino Superior presencial é mérito seu, mas também reconhece que a sociedade, externa a ilha, promoveu essa liberdade por meio do Ensino a Distância – EAD, mesmo que para usufruir dessa liberdade, outras liberdades são requeridas: demanda de pagamento e tempo livre (economia) e de cuidados com o filho (liberdades substantivas):

Porque a gente mora aqui num lugar que não é fácil. Além de eu ter um filho pequeno e não poder fazer uma aula presencial, de sair da ilha para estudar com a idade que eu estou, porque eu preciso trabalhar, eu preciso cuidar do meu filho e tal. Mas agora com a facilidade da faculdade EAD. Aí facilitou um pouco para mim e também por mérito meu de ter ido atrás e reservar isso porque a minha faculdade é paga, então reservar essa grana todo mês e ter essa [...] constância [...] essa disciplina. Eu ainda faço essa aula *online* que facilita bastante [...]. Mas eu tenho as avaliações, eu tenho trabalhos pra fazer, eu tenho que me deslocar pra fazer uma prova final toda matéria (ENTREVISTADA 4).

A maternidade, em anos anteriores, e também no atual, diferentemente da Entrevistada 4, é considerada uma barreira/obstáculo para a continuidade dos estudos para as Entrevistadas 2 e 5:

Agora não posso decidir porque eu tenho meus filhos que eu estou criando [...] (ENTREVISTADA 2).

[...] neste momento não, tem muitas coisas que impedem. Não, impede, mas não facilita [...] Da questão da família, das crianças. Porque eu tenho que ver com quem eles vão ficar (ENTREVISTADA 5).

Para as Entrevistadas 2 e 5, a liberdade acionada para abdicação da educação superior é substantiva, a escolha para realizar seu desejo esbarra no discurso do cuidado com os filhos, ou seja, o cuidado com os filhos não é uma imposição de natureza humana, mas sim um papel atribuído socialmente a mulher.

No discurso da Entrevistada 5 a liberdade também é instrumental, dado que o acesso à educação superior esbarra na logística de morar fora da Ilha para estudar relativo à economia (dormir e pagar):

[...] a questão dos trajetos, você tem que ir. Se você tem que dormir, você tem que pagar [...] é porque eu não quero sair daqui, mas eu queria poder fazer algum curso, alguma coisa, mas essas coisas de logística que me impedem de fazer (ENTREVISTADA 5).

A Entrevistada 6 parece acionar suas liberdades para avaliar sua escolha entre sair da Ilha e acessar a educação superior (liberdade instrumental) ou permanecer no local onde sente “prazer em estar” (liberdade substantiva):

[...] tem que sair e é isso que é ruim. Ter que sair, sabe. Ano retrasado o curso⁹ era [...] das 14h às 17h, quinta e sexta. Era corrido [...] eu não gosto de ir lá longe [...] desde que não tem que sair não tem problema, porque a gente que é daqui é assim, tipo, quando eu vou para Paranaguá, isso é um saco, sabe, sair daqui (ENTREVISTADA 6).

Ao mesmo tempo que o EAD se apresenta como uma realização pela Entrevistada 4, a Entrevistada 5 comenta sobre as dificuldades de estudar neste formato, as quais demandam liberdades substantivas:

Eu fiz a faculdade de Educação Física em Curitiba, só que eu dormia uma noite lá e voltava, porque era uma vez por mês que eu ia só. A questão da faculdade também. Tipo, eu tinha que estudar sozinha, mas eu não consigo [...] eu não conseguia estudar e tem coisas assim que eu chegava lá na hora, o professor explicava, só que não era nada a ver com a matéria que tinha, era tipo um encontro que a gente fazia, só que as matérias não eram que ele passava lá [...] porque daí cada matéria é um professor e é *online*. E o professor que estava lá já era diferente (ENTREVISTADA 5).

As liberdades decorrentes da educação já realizada não estiveram presentes, mas de forma indireta, o discurso do desejo de realizar a educação superior só é possível por todas já terem acessado a educação básica. Mas, de acordo com a

⁹ A Entrevistada realizou um curso Técnico de Auxiliar de Veterinária, de maneira presencial em Paranaguá.

Entrevistada 6, na Ilha em seu tempo não havia ensino médio, e para realizar esse, outras liberdades se faziam necessárias, como a de ter a disposição embarcações para a travessia até o continente:

Na minha época era até a quarta série. Quando terminava o ensino fundamental, não tinha ensino médio no meu tempo [...] só tinha em Paranaguá ou em Pontal [...] nem barco quase tinha. Então era bem mais difícil [...] agora tem o ensino médio. Daí quem pode. Quem quer fazer uma faculdade. Se tiver grana vai para lá (ENTREVISTADA 6).

Tal como exposto por Sen (2000), muitas vezes uma liberdade instrumental é decorrente da outra, como a Entrevistada 6 se refere ao pagamento de uma faculdade: um limite para realização.

A educação escolar não é a única nos comentários das entrevistadas. Os cursos voltados à atividade turística ofertados na Ilha por diferentes órgãos públicos, também podem ampliar a capacidade daqueles que o realizam, sendo assim, um instrumento de liberdade por ampliarem conhecimentos. Esses instrumentos de formação foram acionados pela Entrevistada 6, por serem gratuitos e alguns até pagos para os participantes realizarem, como comenta:

[...] eu fiz até espanhol [...] foi feito muito cursinho antigamente aqui. Eu fazia e era tudo de graça. Era pela prefeitura, pelo IAP¹⁰. Fiz um de camareira que foi pelo SENAI e no SENAC, um curso de guia local. Tudo mais voltado pro turismo. Mas eu também fiz um curso de auxiliar administrativo [...] aquele do governo federal lá, o PRONATEC. Na época teve três cursos: de inglês e ganhava dinheiro ainda para fazer, de auxiliar de cozinha e de administração. Eu fiz administração.

A educação básica, por ter sido realizada por todas as entrevistadas é hoje uma liberdade instrumental que possibilita acessar a educação superior, mas para essa vários são os obstáculos, entre o principal o local onde vivem, por ser uma ilha, as entrevistadas levantam a logística de acessar o continente como uma dificuldade, sendo essa vivenciada por todas. O tempo destinado às atividades remuneradas e os cuidados com a família são outros. Novamente, as liberdades instrumentais muitas vezes encontram barreiras em decorrência de construções sociais, e por vezes também decorrem da natureza.

¹⁰ Antigo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), atual Instituto Água e Terra (IAT).

6.1.3 Economia

Segundo Sen (2000), a liberdade de transações econômicas favorece ao indivíduo independência financeira, potencial para auferir o que deseja, fortalece a voz ativa, possibilita a participação social e contribui para a liberdade de agência.

Duas foram as classes dentro da estrutura produtiva identificadas nos discursos das entrevistadas: proprietárias, sendo aquelas que detêm os meios de produção, e as empregadas, aquelas que vendem a força de trabalho para proprietários dos meios de produção. As duas classes promovem liberdades diferentes. A Entrevistada 4, que trabalha como empregada, comenta sobre a restrição financeira decorrente do salário recebido:

Meu básico é se alimentar e sobreviver. Alimentação e algumas coisas supérfluas [...] eu gostaria muito de viajar com a minha família, conhecer lugares [...] a minha casa eu construí e até agora não consegui pintar ainda. Sabe, tem várias coisas que eu gostaria de ter, mas pela questão financeira a gente tem sempre prioridades e não consegue ter tudo o que a gente quer (ENTREVISTADA 4).

A liberdade de transações econômicas para a Entrevistada 4 pode ser conquistada por um outro tipo de função, porém sem alterar a classe, recebedora de salário. A educação profissional, almejada pela Entrevistada não é para alterar o seu papel na sociedade, mas sim para alterar os ganhos e reduzir o tempo diário de trabalho. Independente das razões, para a Entrevistada a expectativa futura seria uma ampliação de liberdade: "É o meu sonho ser formada, ter uma profissão, passar num concurso, ganhar bem pra caramba, trabalhar só de segunda a sexta, quatro, seis horinhas por dia e fazer a diferença no meu trabalho".

Das seis mulheres participantes da pesquisa, cinco trabalham em estabelecimentos próprios, o que possibilita para a Entrevistada 1 não trabalhar todos os dias da semana, desfrutando de lazer, como comentado: "eu trabalho de segunda a sábado. Domingo eu saio passear, eu vou pra Curitiba, vou no Largo da Ordem". O lazer, para Nussbaum (2000, p. 78), compõe uma das capacidades humanas básicas, a qual independe do montante de dinheiro, e se refere ao indivíduo ser capaz "de rir, de brincar, de desfrutar de atividades recreativas".

A Entrevistada 6, proprietária, afirma que alcançou uma condição financeira que comparada com a de sua infância promove outras liberdades que antes não tinha:

"[...] a gente não podia comprar um tênis. Ir lá na loja, nada [...] minha mãe e todo mundo eram bem pobres, tinha muito amor. Hoje em dia eu posso. Por exemplo, se eu quiser comer, se tiver vontade de comer alguma coisa, eu vou lá".

Segundo Nussbaum (2000, p. 78), uma das capacitações humanas básicas refere-se ao indivíduo "ser capaz de possuir bens não apenas formalmente, mas em termos de oportunidade real; ter direitos de propriedade em pé de igualdade com os outros". Os desejos de ter ainda não alcançados, é apontado pela Entrevistada 5: "[...] meu sonho é ter um carro e não consegui ainda. Mas se deus quiser eu vou conseguir. Me formar, eu consegui. A minha casa está no sonho. Ainda vai dar certo. É isso. Minha casa, meu carro".

Ter a propriedade da moradia é um tema tratado com muita emoção (observação durante as entrevistas) pelas Entrevistadas 4 e 2 respectivamente: "[...] é você ter dignidade, o mínimo é você ter um teto na tua cabeça, um conforto"; "[...] adoro a minha casa e tudo [...] acho que é um privilégio. Já que tem muita gente que não tem onde morar".

A propriedade da moradia, "casa própria", é na sociedade brasileira um direito conquistado pela compra ou transferência de patrimônio, ou seja, exige recursos financeiros, esses decorrentes da transferência da posse, ou dos recursos obtidos pelo trabalho, portanto lucro obtido pelo proprietário ou salários obtidos pelo empregado.

A posse da casa é para a Entrevistada 4, uma liberdade instrumental que proporciona uma liberdade substantiva: "estar feliz", como comenta:

Minha moradia é um lar que eu fico bem feliz, mas já estive em momentos mais tensos quanto a esse assunto [...] por muito tempo morei de aluguel [...] hoje eu moro na minha casa própria que eu construí a pouco tempo com meu marido, mas também com ajuda da nossa família [...] o [marido da entrevistada]¹¹ ganhou um pedaço do terreno do pai dele pra construir por ser nativo daqui, o pai dele também ganhou da família. Então é algo que passou de geração para geração e com a ajuda do meu pai, a gente comprou os materiais (ENTREVISTADA 4).

Vale destacar que o instrumento que possibilita a moradia na Ilha ou o uso e ocupação da terra (posse) é específico do local, ou ainda, distinto daquele que ocorre numa sociedade de mercado, onde essa se dá pela compra e venda. O uso e ocupação do solo são regulamentados pelo Instituto de Água e Terra (IAT) sob o

¹¹ A Entrevistada citou o nome do marido. Para não a identificar, foi suprimido.

Decreto nº 3.502/97 que prevê a concessão de uso aos ocupantes de terreno na Ilha do Mel em posse contínua em 1995, sendo sua transferência autorizada somente aos sucessores legítimos (familiares) (PARANÁ, 1997). Ou seja, a concessão de uso é destinada às famílias nativas da Ilha e para os compradores externos que investiram em terrenos, não há posse de registro legal.

Outro aspecto relevante que se observa no discurso da Entrevistada 4 é a existência do princípio de reciprocidade, ou seja, de outra economia que não a de mercado. Na família da Entrevistada 4, esse princípio atua conjuntamente com o de troca para que a moradia, uma liberdade instrumental, fosse realizada: o pai, sem pedir nada em troca “ajuda”, com a doação de um pedaço de terreno, e a Entrevistada e seu marido (a gente) compram “trocam” os materiais.

As facilidades econômicas de “possuir” uma casa para moradia compartilhada ou não com o trabalho parece não proporcionar a ampliação de liberdades substantivas, como de ter um cantinho para suas cachorras, como comentado pela Entrevistada 6:

Nunca tive vontade de comprar um carro. Mas uma casa, uma casa fora daqui. Fora do quintal. Se tivesse grana eu compraria uma casa em outro lugar, para ter o cantinho para minhas cachorras. Porque aqui, como é um comércio, é complicado. Então, às vezes tem outras pessoas, essas nem sempre são pessoas legais. Mas assim é isso, isso é um desejo.

No discurso da Entrevistada 6 há uma justificativa de escolha de liberdade, ou seja, de agente: ter uma casa fora para ter um cantinho para as cachorras, limitado pela “grana”, e ter o comércio junto a casa que, apesar de não dito, recebe pessoas que mantêm o comércio.

Na Ilha, devido sua localização, o Turismo de Sol e Praia ocorre entre setembro e abril, configurando, conforme Lohmann e Panosso Netto (2012), uma sazonalidade de visitação turística, e conseqüentemente uma sazonalidade no ingresso de recursos monetários para os negócios do local, o que de acordo com a Entrevistada 5 acaba exigindo uma organização financeira anual para conciliar a sazonalidade do turismo na Ilha:

[...] no inverno é mais difícil [...] tem que saber lidar com o pouco que você tem [...] teve uma época que a gente passou dificuldades [...] no inverno, o que comer a gente tinha, mas nosso padrão não estava mais do que a gente foi. A gente costumava tomar refrigerante, comer bolachas, essas coisas. Então a gente deu uma assustada porque a gente não tinha como fazer, mas

[...] a gente foi aprendendo a lidar com dinheiro [...] a gente tem que juntar tudo no verão e ir gastando no inverno (ENTREVISTADA 5).

O discurso da Entrevistada 5 sobre a sazonalidade da principal atividade econômica do local permite refletir que as liberdades de transações econômicas da população da Ilha que trabalha no segmento do turismo não são só sociais e/ou culturais, elas também podem ser de ordem da natureza. Ou seja, a relação do homem com a natureza acaba por definir a economia (lazer de sol e mar), tal como entre homens (hospedagem e alimentação para o turista).

Nos meses em que a Ilha recebe mais turistas, para a Entrevistada 6, é quando se ganha mais, há uma sobrecarga de trabalho, mesmo assim afirma que esse deveria ser maior para ganhar mais, dado que o trabalho continua durante os demais meses:

No verão a gente fica um pouco sobrecarregado, porque é normal, no verão a gente trabalha mais, agora no inverno é mais tranquilo, mas a gente trabalha do mesmo jeito [...] eu acho que é preciso ter pra gente dar uma relaxada, tipo pegar umas férias entre aspas, porque a gente sempre está fazendo alguma coisa [...] no meu ver o verão tinha que ser maior, um período maior no verão. Mas ter o inverno também é bom. O verão é bom pra ganhar uma grana (ENTREVISTADA 6).

Nesse discurso da Entrevistada 6 é possível identificar a sazonalidade imposta pela natureza, traduzida em verão e inverno no discurso. Para a Entrevistada, ambos os períodos são bons, ambos promovem liberdades, porém exigem que sejam desfrutados em tempos da vida distintos: “mais” grana e “menos” trabalho, respectivamente. Numa leitura de privações de liberdades, a privação ao trabalho mais ou menos é de ordem social, cultural e sobretudo de ordem da natureza.

Na mesma linha, a Entrevistada 5 comenta seu desejo de que o verão fosse o ano inteiro, trabalharia mais, mas ganharia mais dinheiro, pois vende passeios náuticos, os quais dependem das condições climáticas para navegação:

[...] na verdade pra nós tinha que ser o ano inteiro. O verão tinha que ser. Mas é que como a gente trabalha no mar, então a gente tem essa dificuldade no inverno por conta do mar. Às vezes pode até ter alguém para a gente fazer um passeio, mas o mar não ajuda [...] menos dinheiro que entra. Mas no verão o mar é calmo. No verão que dá para a gente fazer mais passeios [...], mas se tiver um tempo bom o ano inteiro e se tivesse eventos que trouxesse o público para cá, a gente fazia o ano inteiro. Para nós seria maravilhoso ter a renda que a gente tem no verão no inverno, daí acho que eu já até tinha o meu terreno, minha casa.

No discurso da Entrevistada 5, a realização de ter mais dinheiro se esbarra na

natureza, inverno, como obstáculo. Os fatores da natureza aparecem em diferentes discursos e em diferentes liberdades instrumentais das mulheres entrevistadas.

O turismo, onde atuam as mulheres entrevistadas, é uma atividade humana, cujo lazer é um dos componentes, podendo ser desenvolvido em outros segmentos, nos quais a natureza é menos restritiva, mas esses dependeriam por vezes da capacidade humana de transformação do local.

6.1.4 Política

Segundo Sen (2000, p. 173), o exercício de participação política é central “[...] para os processos de geração de escolhas bem fundamentadas e refletidas”. Para Nussbaum (2000, p. 78), a capacidade do indivíduo de “[...] poder participar efetivamente nas escolhas políticas que governam a própria vida; ter o direito de participação política, proteção da liberdade de expressão e associação” é essencial para uma vida digna em sociedade.

A liberdade das Entrevistadas em participar de tomadas de decisões foi avaliada pela participação dessas como integrantes em organizações governamentais ou não, por serem espaços onde há ações e debates voltados a um ou diferentes grupos ou comunidades. As Entrevistadas 2, 5 e 6 comentam sobre suas participações em organizações não governamentais formais e informais com limites da área territorial da Ilha do Mel:

[...] eu faço parte da Associação do Comércio, que engloba todos os comerciantes que têm CNPJ ativo da Ilha do Mel. Faço parte do *Convention* que é uma entidade que se dedica a juntar dinheiro para trazer eventos na baixa temporada. Faço parte das Emilhas que é o encontro das mulheres da ilha, que une a questão mais social. Faço parte da APMF da escola. [...] faço parte de tudo quanto é organização que tiver por aqui [risos] (ENTREVISTADA 2).

[...] a gente faz parte de um movimento do Território Nativo aqui da Encantadas, que é sem fins lucrativos. É um movimento social que a gente fez junto com a Associação dos Nativos aqui da Ilha, quando foi lançado o Protocolo de Consulta, a gente fez isso, essa união dos nativos aqui da ilha para fazer, pra tentar cobrar mais [...] junto com a associação cobrar dos de fora, do estado, do município e também fazer ações sociais para quem precisa. Se uma pessoa está passando necessidade, a gente se une e dá de fazer com que a gente possa ajudar a pessoa. Ou a pessoa está com alguma doença, a gente tenta fazer alguma coisa para que a pessoa que precisar de transporte, hospital ou alguma coisa assim, a gente tentar fazer alguma coisa em prol da pessoa (ENTREVISTADA 5).

[...] a Emilhas das Mulheres da Ilha do Mel, que foi fundada em 2009. Envolve

toda a ilha. É uma entidade que é só de mulheres [...] eu já fui presidente da Emilhas e hoje em dia sou conselheira. As ações que ela desenvolve [...] tudo comunitário [...] o que é interessante é que abrange todo mundo. Não tem os interesses privados. Isso é muito legal, tá no estatuto, é para a comunidade também, para todos. Então, eu também participei da Associação de Moradores na época, que era a AME que é ANIME agora né, que era Associação de Moradores da Encantadas participei como tesoureira. Acho legal. Então já me envolvi assim desde novinha (ENTREVISTADA 6).

Em Encantadas, essas três mulheres participam juntas de cinco organizações sociais que atuam na comunidade, ou seja, suas liberdades de participação política nesses espaços as fazem atuar como agentes de suas próprias vidas e da sociedade onde vivem.

As organizações não governamentais, conforme regulamentação no Brasil (Lei nº 9.790/1999), se destinam para fins não atendidos pelo mercado ou Estado, tendo um fim específico, portanto, restrito a esse fim, e com integrantes que se identificam com o mesmo, tal como: o das Emilhas, das Mulheres da Ilha do Mel, do qual participam “mulheres”, o da Associação Comercial, que participam pessoas jurídicas com comércio na Ilha; e o da Associação dos Nativos, que é restrito a pessoas nascidas e famílias da Ilha, o que parece restringir a liberdade de participação da Entrevistada 4, como argumentado por ela:

Eu acho que aqui na ilha [...] são coisas muito fechadas assim, por exemplo, por pessoas, por nativos, pessoas que já são. É porque a pessoa que eu tenho relacionamento, não se envolve e ele é o nativo da nossa casa. E por eu ser de fora, eles não abrem tanto também [...] são meio desconfiados, meio fechados aqui, para pessoas de fora.

A liberdade de participação política por não ser do local também aparece no discurso da Entrevistada 2: “[...] no meu caso como eu sou estrangeira sempre tem aquela, a primeira coisa que a pessoa fala é, 'ah, você não é daqui né' [...] o respeito passa de onde que a gente é”.

A ampliação das liberdades de Sen (2000), atua no sentido de que a pessoa use suas capacitações para mudar a sociedade, tornando-se agente. No caso, a Entrevistada 4 reconhece que não pertence ao grupo, mas gostaria de participar, ou seja, há uma restrição social de sua participação naquele grupo, igualmente as demais estratificações criadas socialmente.

A participação de não nativos em tomadas de decisões na Ilha também é relatada pela Entrevistada 6, nativa da Ilha, que defende a participação de todos:

[...] tem esse preconceito de nativo e não nativo. Por exemplo, se você não é nativa, você não pode falar, eu já vi isso, numa reunião na ilha, tipo ah, esse não é nativo, não fala [...] para mim você estando no lugar que você mora, o que acontecer de ruim ou de bom vai atingir todo mundo. Então não tem essa alternativa não [...] nós estamos no mesmo barco. A ilha é um barco que se afundar no mar, vai afundar todos [...] então não importa se é morador que veio depois de fora ou é nativo da origem daqui [...] (ENTREVISTADA 6).

Entretanto, o discurso da Entrevistada 6 se relaciona com as alterações provocadas por populações externas às comunidades caiçaras, que conforme Felisbino (2022), podem resultar na desterritorialidade do sujeito caiçara.

Na Ilha, conforme as entrevistas, há organizações não governamentais que podem ser classificadas por identidades sociais e/ou culturais, como expostos acima. As liberdades políticas, discutidas por Sen (2000), são aquelas essenciais para a vida em coletivos humanos, as quais podem restringir a ampliação de liberdades substantivas e também impedir outras liberdades instrumentais, para além de restringir a liberdade de outros. No discurso das entrevistadas, ser mulher, a raça e a classe se mostram limitantes para atuação política, dado que as organizações as quais participam são identitárias.

Avaliado pelo menos três categorias de liberdades instrumentais de mulheres da Ilha do Mel, chega o momento de avaliar as liberdades substantivas, em que juntas possibilitam avaliar os funcionamentos, a agência e as preferências adaptadas das mulheres.

6.2 LIBERDADES SUBSTANTIVAS: FUNCIONAMENTOS, AGÊNCIA E PREFERÊNCIAS ADAPTADAS

As liberdades substantivas, a partir da Abordagem das Capacitações de Sen (2000), se referem ao potencial das pessoas levarem a vida que elas têm razão para valorizar e trata das escolhas reais que elas possuem. A AC trata dos funcionamentos (o que o indivíduo deseja realizar), ou seja, das liberdades substantivas, e do conjunto de alternativas que ele tem para realizar o que deseja (oportunidades reais para realizar), ou seja, das liberdades instrumentais.

As capacitações consistem na condição da pessoa colocar em prática o que deseja (funcionamentos): “[...] além de valorizar algo a pessoa tem de ter condições de pôr isso em prática”, mas para colocar em prática, ela depende do conjunto

capacitário, que representa as liberdades substantivas e instrumentais que dispõe para realizar as combinações de funcionamentos escolhidas (SEN, 2000, p. 86).

Segundo Unterhalter (2003), as escolhas e decisões das pessoas são moldadas a partir dos contextos sociais e culturais, ou ainda, conforme Teschl e Comim (2005, p. 244), as preferências são adaptadas quando "o livre exercício das escolhas autônomas dos indivíduos" é impedido.

A adaptação de preferências, segundo Teschl e Comim (2005, p. 233), refere-se a um "[...] ajustamento das aspirações das pessoas às possibilidades viáveis", que as induzem a aceitarem situações, portanto, as valorizações e desejos são na maioria das vezes moldados por contextos sociais e culturais.

Quando o indivíduo não possui saúde física integral pode ser impedido de realizar atividades do cotidiano, tal como argumentado pela Entrevistada 1: "[...] antigamente eu andava, jogava vôlei, sambava, hoje até pra sambar não consigo mais, eu fui três anos rainha da bateria do carnaval em Antonina, eu fui um ano em Paranaguá, eu fui dois anos em Curitiba". O conteúdo relacionado à saúde, da Entrevistada é o sobrepeso, o qual, segundo a Entrevistada decorreu do excesso de alimentação, combinado com o sedentarismo, que impuseram limites a liberdades substantivas, tal como jogar e dançar, ou até mesmo ser rainha de bateria, essas reconhecidas pela Entrevistada.

A Entrevistada 4 comenta sobre seus desejos não realizados, seja por questões financeiras (não ter a facilidade econômica para acessar) ou pelas responsabilidades da maternidade:

Eu gostaria de ter viajado mais e ter conhecido mais lugares. E eu acho que o que me impede é um pouco a minha preocupação e consciência com o meu filho. Eu acho que se eu não tivesse ele, independente dessa questão financeira que é também o dinheiro, com dinheiro você consegue fazer muita coisa. Porém, sem criança eu acho que você se joga mais. Você vai, você se vira, você dorme no lugar que conseguir [...] isso é um sonho, uma vontade que eu tenho que acabou. Eu acabei guardando por conta do meu filho.

Eu por muito tempo deixei de trabalhar fixo, deixei de ter um emprego melhor, porque depois que eu tive o [filho da entrevistada]¹² eu pensava não vou deixar meu filho na mão de outras pessoas, a educação dele na mão de outras pessoas e deixar de ver coisas e acompanhar o crescimento dele por conta disso. Tem coisa que não tem preço. Você vai ter grana, você vai ter teu trabalho, mas aí você não vai ter tempo com o que queria (ENTREVISTADA 4).

¹² A Entrevistada citou o nome do filho. Para não a identificar, foi suprimido.

O conteúdo exposto pela Entrevistada 4 em relação à maternidade apresenta a condição de agência sobre o que valoriza fazer no “tempo”, decidindo os cuidados com o filho ao invés do trabalho remunerado ou mesmo, viajar sozinha. A AC, conforme Diniz, Marin e Feistel (2017, p. 219), considera que o indivíduo utiliza “os meios a que tem acesso para ser e fazer (*being and doing*) os funcionamentos que considera de maior valor para si”.

A Entrevistada 5 comenta sobre seu desejo em pilotar embarcações de passeios náuticos, o qual é restringido, mesmo tendo a habilitação necessária para a realização, aos homens:

Olha, eu trabalho num ambiente marítimo e geralmente quem é marinheiro é homem. Muita gente tem dificuldades de entrar nesse ramo, porque na verdade eu trabalho vendendo, eu não trabalho navegando. Eu tenho vontade de pegar uma lancha e fazer o passeio. Só que, como só homens que estão ali, então a gente não tem caminhos. Eu fiz. Eu tenho carteira de marinha, mas eu não consigo entrar, porque tipo os homens acham que a gente não vai dar conta, porque acham que é só pra homens que eles têm força para puxar o cabo, eles que ele tem força pra arrumar o motor e a gente não (ENTREVISTADA 5).

O discorrido pela Entrevista 5 está relacionado à divisão social dos papéis que os homens e as mulheres tradicionalmente assumiram na sociedade, o que, de acordo com Rubin (1998), define atividades a serem realizadas de acordo com a categoria social do indivíduo.

No discurso da Entrevistada 4, ela não desejava cursar a faculdade que cursa, pois a que desejava, ela encontrava-se impedida de realizar, decorrente da limitação financeira, o que a fez escolher a que cursa, adaptando assim sua preferência:

[...] eu tenho autonomia, por exemplo, que é aonde eu quero trabalhar, que é trabalhar aqui, que é escolher qual faculdade, que é morar, onde moro, estou aqui porque eu quero trabalhar nesse lugar, estou fazendo a faculdade que eu quero, mas nas minhas condições, dentro do que eu posso, dentro do que pra mim tá exposto ali, do que está à disposição. Sem pensar em coisas que não estão ao meu alcance. Por exemplo, tem uma faculdade [...] que eu gostaria de fazer [...] só que eu não fiz porque eu não tinha condições, que é psicologia [...], mas na minha cidade psicologia só tinha particular e era um absurdo, era o que eu ganhava, a grana que eu usava no mês inteiro para sobreviver, era só o valor da faculdade [...] então é assim, eu tenho autonomia até onde eu posso, até onde me alcança (ENTREVISTADA 4).

O discurso da Entrevistada 4 apresenta um impedimento de realização do seu funcionamento que no momento atual também é influenciado pelo local onde mora. Mas também, a Entrevistada teve a agência para a escolha de morar numa Ilha.

Por outro lado, a Entrevistada 4 justifica sua “incapacidade” de agente para realizar seu desejo de ser proprietária, gerenciar um negócio ou ganhar mais, porque há outras pessoas com o mesmo desejo:

Eu gostaria muito de ter algo próprio [...] ou pelo menos arrendar uma pousada [...] ganhar um pouco mais. Porque é um negócio próprio. Mas aqui é complicado essa questão, porque é um lugar que muitas pessoas almejam morar e ter negócios. E então quando aparece alguma coisa, alguma oportunidade, tem muita gente interessada (ENTREVISTADA 4).

Conforme Nussbaum (2000, p. 114), as valorizações ou desejos a realizar recebem influências: “[...] as escolhas das pessoas estão sujeitas à influência de muitos fatores, tais como o hábito, o medo, as baixas expectativas e as condições de fundo injustas”.

O sonho da “casa própria”, da Entrevistada 5, é impedido de realização pela concessão de uso da área territorial na Ilha que não promove a ampliação de liberdades substantivas, como observado no discurso:

[...] eu moro no terreno da minha sogra [...] eu sempre sonhei em ter um lugar meu. Tipo a minha casa, o meu terreno, no meu nome, minhas coisas. Eu agradeço a deus por ter minha casa e minhas coisas, mas assim, se caso aconteça alguma coisa, eu separar alguma coisinha, vai ser difícil. Eu sempre tive o sonho de comprar um terreno, fazer a minha casa (ENTREVISTADA 5).

Os desejos individuais, como indicado pela literatura, são definidos na maioria das vezes pelo contexto social e cultural, o que é evidenciado no discurso da Entrevistada 1: “Eu sempre quis ser mãe, esposa, dona de casa. Eu fui criada para isso [...] hoje eu me sinto uma pessoa realizada porque eu tenho a minha casa, eu tenho o meu serviço, minha profissão, eu tenho um marido bom, eu tenho meus cachorros”.

O desejo de permanecer onde vivem das Entrevistadas 4 e 5, independente de argumentarem sobre como este desejo foi realizado, se mostra motivo de satisfação para elas. Satisfação decorrente do ambiente, este formado por uma relação de proximidade com os demais da comunidade e pelo contato direto com a natureza:

[...] um lugar que eu me sinto bem, que eu acho lindo o contato com a natureza. Outra questão é ser um lugar seguro para o meu filho ser criado, um lugar onde meu filho tem uma vida social. E eu acho que é um estilo de vida muito gostoso, muito bom para criar uma criança e pela comunidade

também [...] é uma comunidade que se ajuda. Então assim, qualquer coisa que precisar tá todo mundo ali, todo mundo se ajuda, não é o lugar, por exemplo, uma cidade grande onde você se sente muito mais sozinho, muito mais você contra o mundo, aqui não, aqui as pessoas se acolhem (ENTREVISTADA 4).

[...] aqui é o melhor lugar do mundo para criar os filhos, para fazer eles aprenderem mais sobre a natureza, aprender a preservar o lugar que a gente tem [...] daqui eu não quero sair nunca, só saio morta e quero ser enterrada aqui mesmo [...] um lugar paradisíaco, um lugar de muita paz. Se você for comparar com os outros lugares, aqui é o melhor lugar do mundo [...] (ENTREVISTADA 5).

O conteúdo abordado pela Entrevistada 5 em relação ao local de moradia se traduz em liberdade substantiva pois tem a condição de escolher em continuar vivendo na Ilha: "[...] eu queria comprar um terreno aqui, fazer minha casa aqui [...] já morei em Curitiba, já morei em Pontal, mas sempre voltei". A Entrevistada 6, nativa, complementa: "[...] eu gostaria de morar aqui, mesmo se tivesse como escolher, escolho aqui, sem dúvida nenhuma".

A partir dos discursos das entrevistadas sobre suas liberdades substantivas, nota-se que elas acionam suas capacitações a partir da agência para decidirem realizar os funcionamentos que valoram, porém, algumas preferências são adaptadas, decorrente do local onde vivem ou das liberdades instrumentais que lhe são disponíveis.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos discursos obtidos a partir das entrevistas, avaliou-se a condição de agência das mulheres realizarem funcionamentos que valoram, mais especificamente suas liberdades instrumentais de saúde, educação, economia e política, sendo fins, tal como a realização do que valorizam como liberdade substantiva. Os principais resultados foram sintetizados no Quadro 4.

Quadro 4: Síntese dos resultados

Dimensões avaliadas	Liberdades acessadas	Privações de liberdades
Saúde	Qualidade de vida proporcionada pela natureza do local onde vivem	Serviços de saúde precários Falta de especialistas em saúde da mulher (ginecologista)
Educação	Educação básica acessada que possibilita acesso à educação superior Alternativa de acesso a partir do Ensino à Distância (EAD) Cursos técnicos voltados a atividade turística	Tempo destinado às atividades remuneradas Cuidados e responsabilidades com filhos e família Local onde vivem é obstáculo para acessar a educação superior (transportes, horários, custos)
Economia	A atividade remunerada possibilita um tempo para destinação ao lazer (principalmente para as proprietárias) Laços de reciprocidade presentes na comunidade	Restrição financeira impede a realização de desejos (principalmente para a empregada) Sazonalidade turística requer organização financeira anual
Política	Participação em diferentes organizações sociais atuando como agentes	Restrições culturais (ser "de fora" da Ilha)
Condição de agência	Escolha de morar na Ilha do Mel Escolha da maternidade Satisfação com a vida em comunidade Satisfação com o contato com a natureza	Restrições de moradia por questões territoriais (Decreto de uso e ocupação do solo) Restrição de atuação em atividades produtivas ocupadas por homens (profissão marinho) Preferências adaptadas: principalmente em relação à saúde e educação. São decorrentes do local onde vivem; das condições econômicas e das responsabilidades com filhos e família

Fonte: a autora (2023)

Durante o percurso de avaliação, observou-se que algumas escolhas são adaptadas decorrentes do local onde vivem, no qual não estão disponíveis oportunidades para ampliação de liberdades como em saúde e educação, para além da ampliação das liberdades de transações econômicas.

Os objetivos propostos para a pesquisa foram alcançados na medida em que as capacitações das mulheres da comunidade de Encantadas foram avaliadas

conforme as liberdades instrumentais as quais são muitas vezes funcionamentos para realizarem liberdades substantivas, confirmando sua condição de agência sobre suas vidas.

Não há dúvidas que a metodologia, baseada na coleta de discursos específicos do indivíduo, e que resulta numa pesquisa qualitativa, foi a melhor escolha, tendo em vista que, as liberdades são individuais. A interseccionalidade, proposta para ser utilizada como técnica de análise para a identificação de diferenças de raça e classe, foi um esforço de inovação se relacionado às publicações levantadas na Abordagem das Capacitações.

Outro destaque, que não foi foco de avaliação, mas que vale este espaço para registro e pode incentivar futuras pesquisas, foi a satisfação que as entrevistadas sentem em morar no local. Falam sobre outras liberdades decorrentes de viver em uma comunidade, onde se desenvolvem laços de confiança (reciprocidade), os quais promovem segurança, para além do contato com a natureza.

As liberdades substantivas, que foram avaliadas a partir da realização dos funcionamentos valorados, muitas vezes são preferências adaptadas, decorrente do local onde vivem ou de acordo com as liberdades instrumentais que lhe são disponíveis, ainda assim, as mulheres desempenham agenciamento para decidir sobre o que consideram melhor para suas vidas, como ressaltado nos discursos.

A partir dos resultados espera-se ter elucidado, por meio de avaliações de pessoas reais, a Abordagem das Capacitações, o qual foi um desafio, e ainda pairam dúvidas, como bem explicita Sen: as liberdades instrumentais são meios, mas também fins, igualmente as substantivas, para além de uma dimensão (categoria) ser o limite de outra.

Também se espera que, a leitura desta dissertação de pesquisa possa apoiar reflexões e ações de políticas públicas para as mulheres, visto que, não há desenvolvimento territorial, tampouco sustentável sem que todos os indivíduos, independente do sexo, possam realizar aquilo que dão razão para viver. A manifestação das mulheres em relação à saúde da mulher, melhorias nos postos de saúde e transportes náuticos para participação em cursos presenciais ficam aqui registrados como possíveis de atuação de instituições públicas para ampliação das liberdades das mulheres da comunidade de Encantadas, Ilha do Mel, Paranaguá, Paraná, Brasil.

8 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. de; BIAZIN, P. C. Ilha do Mel - PR: perfil da população local e sua relação com o turismo. In: **Fórum Internacional de Turismo do Iguassu**, 3., Foz do Iguaçu. Anais [...], 2009.
- ANDRADE, D. de C. G. de; PIOLA, F. G.; CHEMIN, M. Território Ilhéu: um estudo sobre empreendimentos de hospedagem na Ilha do Mel/PR. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, 04., 2022, Matinhos. **Anais [...]**. Matinhos: Universidade Federal do Paraná, 2023. p. 01-19.
- BAGOLIN, I. P. **Da renda às capacitações**: analisando e avaliando o Desenvolvimento humano. 2005. 149 f. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- BAGOLIN, I. P.; SOUZA, O. T. de; COMIM, F. V. Gênero e pobreza multidimensional no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 387-408, ago. 2012.
- BARRAGÁN, A. M. A.; LANG, M.; CHÁVEZ, D. M.; SANTILLANA, A. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: HOLLANDA, H. B. de. (org.). **Pensamento Feminista Hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 245-271.
- BARBUTO, R.; BIGGERI, M.; GRIFFO, G. Life project, peer counselling and self-help groups as tools to expand capabilities, agency and human rights. **Alter: European Journal of Disability Research**, Paris, p. 192-205, 2011.
- BIESDORF, R. K. O Papel da Educação Formal e Informal: na escola e na sociedade. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí, p. 1-13, 2011.
- BIGGERI, M.; BELLANCA, N.; BONFANTI, S.; TANZJ, L. Rethinking policies for persons with disabilities through the capability approach: the case of the tuscan region. **Alter: European Journal of Disability Research**, Paris, p. 177-191, 2011.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, São Paulo, p. 329-376, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Brasília, DF: Casa Civil, 23 mar. 1999.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 18 jul. 2000.
- BRASIL, Oxfam; DATAFOLHA, Instituto. **Nós e as Desigualdades**: percepções sobre desigualdades no brasil. São Paulo: Oxfam Brasil, 2022. 56 p.
- CHEMIN, M.; ABRAHÃO, C. M. S. Integração Territorial do Litoral do Estado do

Paraná (Brasil): Transportes, Balnearização e Patrimonialização na Formação e Dinâmica do Espaço Turístico. **Ra'ega: O espaço geográfico em análise**, Curitiba, p.212-239, 2014.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171- 188, jan, 2002.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p. Tradução de: Heci Regina Candiani.

DENKEWICZ, P.; MARTINS, B. M. L.; GONZAGA, C. A. M.; HARDER, E. Turismo e Bens Patrimoniais: a dinâmica da cultura caiçara na Ilha do Mel - Paraná. **Turismo, Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 23, n. 3, p. 496-515, dez. 2021.

DENKEWICZ, P. **Turismo, Proteção Ambiental e Inclusão Social na Ilha do Mel, Litoral do Paraná**. 2020. 242 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

DENKEWICZ, P. **Cultura e natureza: desenvolvimento comunitário na Ilha do Mel, Paraná**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário), Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, 2016.

DIEGUES, A. C. S. **Diversidade biológica e culturas tradicionais caiçaras: o caso das comunidades caiçaras**. Série documentos e relatórios de pesquisa – nº 5. 4º Conferência da UICN União Mundial para Conservação da Natureza. Costa Rica, 1988.e

DIEGUES, A. C. S. Esboço da história ecológica e social caiçara. In: **Enciclopédia caiçara: história e memória caiçara**. Org., Antonio Carlos Diegues. São Paulo: Hucitec: Nupaub, 2005. p.273-320.

DINIZ, G. M.; MARIN, S. R.; FEISTEL, P. R. A educação pela perspectiva da abordagem das capacitações. **Economia-Ensaios**, Uberlândia, p. 217-240, dez. 2017.

ENTREVISTADA 01. **Entrevista**. Entrevistador: Daniele C. G. Andrade. Ilha do Mel, 2023.

ENTREVISTADA 02. **Entrevista**. Entrevistador: Daniele C. G. Andrade. Ilha do Mel, 2023.

ENTREVISTADA 03. **Entrevista**. Entrevistador: Daniele C. G. Andrade. Ilha do Mel, 2023.

ENTREVISTADA 04. **Entrevista**. Entrevistador: Daniele C. G. Andrade. Ilha do Mel, 2023.

ENTREVISTADA 05. **Entrevista**. Entrevistador: Daniele C. G. Andrade. Ilha do Mel, 2023.

ENTREVISTADA 06. **Entrevista**. Entrevistador: Daniele C. G. Andrade. Ilha do Mel, 2023.

ESTEVES, C. J. d. O. **Turismo e qualidade da água na Ilha do Mel (Litoral do Paraná)**. 2004. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2004.

FELISBINO, J. N. **Territorialidades, Sociabilidades e Bem Viveres: a escuta de sujeitos auto identificados caiçara na Ilha dos Valadares - Paranaguá-PR**. 2022. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

FERRER, F. P. **A Democracia Direta como Política para a Expansão das Capacitações e Promoção do Desenvolvimento Humano**. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

FIGUEIRA, R. C. da S. **A contradição fundamental entre discriminação de gênero e desenvolvimento humano: a abordagem crítica de Martha Nussbaum**. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade de Évora, Évora, 2013.

FIGUEIREDO, Â. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: PINHO, A. O.; SANSONE, L. (orgs). **Raça: novas perspectivas antropológicas** [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 237-255.

FIGUEIREDO, M. M. A Participação da Mulher na Organização Socioespacial de Comunidades Pesqueiras: um estudo de caso na reserva extrativista Baía do Iguape-BA. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, p. 77-85, 2013.

FONTANELLA, B. J. B; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2008.

FRIGO, S. **Gênero, Ambiente e Técnica na Pesca da Tainha de Encantadas**. 2018. 161 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008. 200 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GOOGLE EARTH. **Localização do Litoral do Paraná**. 2015. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-25.57170043,-48.30380449,14.48905981a,146704.83797215d,30y,0h,0t,0r>. Acesso em: 01 jun. 2023.

GONÇALVES JÚNIOR, R. J. **O Playlabor Científico: o conhecimento como mercadoria e a gamificação no processo de produção científica.** 2019. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 41-55.

GUIMARÃES, A. S. A. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, A. O; SANSONE, L. (orgs). **Raça: novas perspectivas antropológicas** [online]. 2ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 63-82.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil,** 2. ed. 2021. 12 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática: Unidade Territorial: 4103. Encantadas - Ilha do Mel - Paranaguá (PR).** Acesso em: 21 de novembro de 2022.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de Dados do Estado - BDEWeb.** Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 01 de outubro de 2022.

KNAFOU, R. **Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo.** IN: RODRIGUES, A. (Org). **Turismo e Geografia: Referenciais teóricos e enfoques regionais.** São Paulo: Hucitec, 1999.

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, p. 1-12, 2020.

LIMA, B. S. de; BAGOLIN, I. P. Desigualdade de Oportunidades: uma análise da região metropolitana de Porto Alegre ao longo da década de 2000. **Estudo e Debate em Gestão e Planejamento,** Lajeado, v. 25, p. 07-26, 2018.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas.** 2 ed. São Paulo: Aleph, 2012.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 58-91.

MARX, K.; ENGELS, F. O Manifesto Comunista de 1848. Editora Moraes, São Paulo, 1987.

MAROVAH, T. Citizenship formation through curriculum and pedagogical practices: evidence from two zimbabwean teachers colleges. **South African Journal Of Education,** Pretoria, p. 01-10, 2019.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa,**

São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, ago. 2004.

MINASI, S. M.; MAYER, V. F.; SANTOS, G. E. de O. Desigualdade de gênero no turismo: a mulher no ambiente profissional no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, p. 1-20, 2022.

NAERLAND, T. U.; DAHL, J. M. Beyond representation: public service media, minority audiences and the promotion of capabilities through entertainment. **Poetics**, Bergen, p. 01-11, 2022.

NUSSBAUM, M. C. **Women and Human Development: The Capabilities Approach**. New York: Cambridge University Press. 2000, 336p.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. 1. ed., 1. Reimpr., São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001, 217p.

OYĚWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BUARQUE DE HOLANDA, H. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PARANÁ, G. d. E. d. **Decreto nº 3502, de 03 de setembro de 1997**. Governo do Estado do Paraná, 1997.

PARANÁ, G. d. E. d. **Lei nº 16037, de 08 de janeiro de 2009**. Dispõe que a Ilha do Mel constitui região de especial interesse ambiental e turístico do Estado do Paraná. Governo do Estado do Paraná, 2009.

PARANÁ, G. d. E. d. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha do Mel: Encarte 2: Análise da Região do Parque Estadual da Ilha do Mel**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2012. 198 p.

PORSSE, M. de C. S. Desigualdade de gênero no Brasil: uma análise a partir da abordagem das capacitações. In: GLASENAPP, S.; MARIN, S. R. (org.). **Ensaio sobre o pensamento de Amartya Kumar Sen: contribuições teóricas e aplicadas à economia**. Santa Maria: UFSM, 2018. p. 228-252.

RIBEIRO, D. **Quem tem Medo do Feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 148 p.

RUBIN, G. El Tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: NAVARRO, M.; STIMPSON, C. R. (orgs). **¿Qué son los estudios de mujeres? México/Argentina/Brasil/Colombia/Chile/España/EUA/Per/Venezuela: Fondo de Cultura Económica, 1998. p.15-74**

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de Conteúdo Categórica**: manual de aplicação. Brasília: ENAP, 2021. 157 p.

SANTOS, A. C. C. Lésbicas negras (re) existindo no movimento LGBT. In: GREEN, J.

N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 331-345.

SCOTT, J. W. A Invisibilidade da Experiência. **Proj. História**, São Paulo, n. 16, p. 298-325, fev. 1998.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 461 p. Tradução de: Laura Teixeira Motta.

TEMPLE, D. Por que precisamos de outra lógica. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2011, vol. 19, n. 2, p. 257-269.

TELLES, D. H. Q.; GÂNDARA, J. M. G. Impactos socioculturais no processo de turistificação da Vila de Encantadas, Ilha do Mel, Paraná, Brasil. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, p.183-208, abr. 2012.

TESCHL, M; COMIM, F. Adaptive Preferences and Capabilities: some preliminary conceptual explorations. **Review Of Social Economy**, Londres, p. 229-247, 2005.

TIEPOLO, L. M. A inquietude da Mata Atlântica: reflexões sobre a política do abandono em uma terra cobiçada. **Guaju: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, Matinhos, v. 1, n. 2, p. 96-109, jul./dez. 2015.

TILL, M.; ABU-OMAR, K.; FERSCHL, S.; REIMERS, A. K.; GELIUS, P. Measuring capabilities in health and physical activity promotion: a systematic review. **BMC Public Health**, Erlangen, p. 01-23, dez. 2021.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Glossário de Terminologia Curricular**. Paris: Bureau Internacional de Educação, 2016. Tradução de Rita Brossard.

UNTERHALTER, E. Education, Capabilities and Social Justice. **United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization: Gender and Education for All**, p. 1-11, jan. 2003.

VEEN, S. v. D.; EVANS, N.; HUISMAN, M.; SALEEBY, P. W.; WIDDERSHOVEN, G. Toward a paradigm shift in healthcare: using the international classification of functioning, disability and health (icf) and the capability approach (ca) jointly in theory and practice. **Disability And Rehabilitation**, London, p. 1-8, jun. 2022.

VIEWEGER, P. **Abordagem das Capacitações: uma defesa da inclusão do transtorno de depressão na dimensão saúde**. 2020. 90 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

WALKER, M.; MCLEAN, M.; DISON, A.; PEPPIN-VAUGHAN, R. South African universities and human development: for a theorization and operationalization of professional skills for poverty reduction. **International Educational Development Magazine**, Nottingham, p. 565-572, 2009.

ZAMBAM, N. J.; KUJAWA, H. A. As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, p. 60-85, 2017.

9 APÊNDICES

9.1 ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Parte 1) Perfil das entrevistadas

Ocupação:

Escolaridade:

Estado civil:

Filhos:

Idade:

Autodeclaração racial (preta, parda, branca, indígena, amarela, caiçara):

Você considera que sua identidade racial/cultural influencia nas suas liberdades de escolha e decisão?

a. Se sim, de que forma? Comente mais sobre isso

Parte 2) Questões pessoais

Comente sobre a sua vida (o que quiser dizer, fique à vontade)

Quem é você?

Quais suas conquistas?

Quais suas frustrações?

Comente sobre o que significa ser mulher para você (o que quiser dizer, fique à vontade)

Quais as implicações que considera no seu trabalho por ser mulher? Comente mais sobre isso

Quais as implicações que considera na saúde por ser mulher? Comente mais sobre isso

Quais as implicações que considera na educação e nos estudos por ser mulher? Comente mais sobre isso

Quais as implicações como mãe? Comente mais sobre isso

Quais as implicações como filha? Comente mais sobre isso

O que considera ser liberdade para você? Comente mais sobre isso (o que quiser dizer, fique à vontade)

Parte 3) Questões relacionadas às liberdades instrumentais:

Oportunidades Sociais

Comente sobre sua saúde (o que quiser dizer, fique à vontade)

Sua saúde influencia na realização de atividades cotidianas? Comente mais sobre isso.

Comente sobre sua educação (o que quiser dizer, fique à vontade)

Como considera a influência do seu grau de escolaridade no seu cotidiano?

Considera suficiente o acesso que teve/tem à educação em relação ao que deseja/desejava?

Caso tenha interesse, considera ter oportunidades de acesso à educação atualmente?

Quais seus atuais interesses relacionados à educação?

Considera poder decidir sobre estudar ou não atualmente? Comente mais sobre isso

Comente sobre sua moradia e onde vive (tipo de residência, quantas pessoas moram contigo - o que quiser dizer, fique à vontade)

Se sente confortável estando em casa?

Seu local de moradia corresponde às suas perspectivas/desejos?

Reside na Ilha por escolha?

a. Se sim, quais as principais motivações?

Como são divididas as tarefas domésticas da sua casa entre os moradores?

Comente sobre sua segurança física em relação a: andar sozinha (o que quiser dizer, fique à vontade)

Comente sobre sua relação com as pessoas da comunidade (o que quiser dizer, fique à vontade)

Facilidades Econômicas

Comente sobre seu trabalho (renda ou remuneração, jornada de trabalho remunerado, cuidados pessoais e com a família (o que quiser dizer, fique à vontade)

A ocupação que têm hoje refere-se ao que desejou no passado?

Atualmente trabalha com o que deseja?

a. Se não, quais as influências para não trabalhar com o que deseja?

Considera sua renda mensal suficiente para realizar seus desejos? Comente sobre isso

Sua jornada de trabalho semanal possibilita que destine tempo para cuidados pessoais, passeios, ócio ou outras atividades? Comente como você faz essa divisão de tempo

Comente sobre a sua destinação de tempo ao trabalho doméstico na sua casa (o que quiser dizer, fique à vontade)

Liberdades Políticas

Comente sobre sua participação na política (organizações sociais não governamentais e governamentais, área de atuação - o que quiser dizer, fique à vontade)

Você participa de alguma organização política (associação, movimento social ou coletivo)?

Se sim, como é sua participação (liderança, membro ativo, visitante)?

Nessas organizações que participa, você consegue expor suas ideias e argumentos?

Essas colocações são acatadas/respeitadas pelas outras pessoas?

Você participa das decisões que envolvem essa organização?

Conte sobre as ações que essa organização realiza

Se não, quais as principais motivações para não participar?

Parte 4) Questões relacionadas às liberdades substantivas:

Comente sobre o que gostaria de ter feito/realizado que conseguiu realizar e quais as condições que permitiram que realizasse (o que quiser dizer, fique à vontade)

Comente sobre o que gostaria de ter feito/realizado que não foi possível e quais os motivos para não realizar (o que quiser dizer, fique à vontade)

Você considera ter autonomia para escolher o que deseja ser e/ou fazer? Comente mais sobre isso

9.2 TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Desenvolvimento Humano a partir da Abordagem das Capacitações: o caso de mulheres de Encantadas, Ilha do Mel/PR

Pesquisador/a Responsável: Dra. Mayra Taiza Sulzbach

Local da Pesquisa: Comunidade de Encantadas

Endereço: Ilha do Mel, Paranaguá, Paraná, Brasil

Você está sendo convidada para participar de uma pesquisa. Este documento, chamado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento sem que isto lhe traga prejuízo algum. Portanto, sua participação se dará de forma voluntária.

A pesquisa que você está sendo convidado/a para participar se denomina “Desenvolvimento Humano a partir da Abordagem das Capacitações: o caso de Mulheres de Encantadas, Ilha do Mel/PR”. Com ela, queremos analisar as capacitações de mulheres da comunidade de Encantadas, Ilha do Mel nas dimensões social, econômica e política, para tal, temos como objetivos específicos: 1) Descrever as condições de saúde, educação, economia e política vivenciadas por mulheres da comunidade de Encantadas, Ilha do Mel; 2) Identificar os funcionamentos valorados realizados e não realizados por mulheres da comunidade de Encantadas, Ilha do Mel; 3) Identificar desigualdades interseccionais de classe e raça entre mulheres na comunidade de Encantadas, Ilha do Mel; 4) Correlacionar as capacitações humanas levantadas teoricamente e as identificadas empiricamente a fim de contribuir com o debate. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir durante a entrevista. A entrevista será realizada preferencialmente em espaços públicos, como na praça central, trilhas, trapiche marítimo ou na praia, esse próximo ou seu local da moradia ou de trabalho para que não ocorra despesas financeiras, esta não deve interferir na sua atividade produtiva. A entrevista não gera nenhum ônus ou ganho financeiro.

A entrevista ocorrerá face a face, ou seja, direcionarei um tema para que você aborde. Caso não mencione indicadores correlacionados ao final, questionarei. A entrevista terá duração de aproximadamente 60 minutos. O roteiro de entrevistas é composto por duas partes: uma relativa aos dados pessoais e a outra relacionada à vida social. A primeira se refere ao seu perfil (idade; ocupação na atividade; escolaridade; estado civil; filhos, autodeclaração racial (preta, parda, branca, indígena, amarela, caiçara), ou seja, dados monádicos que se referem à unidade de observação focada no sujeito. A segunda diz respeito às categorias de análise correlacionadas aos indicadores de desenvolvimento social brasileiro: saúde, educação, economia e política, ou seja, informações (dados) que dizem respeito às características ou qualidades relacionadas a sua participação na sociedade. Além do caderno de notas, gostaria de gravar em áudio ou vídeo para que eu possa recuperar os seus argumentos quantas vezes for necessário. Transcreverei sua entrevista em computador privado para análise. Os dados obtidos para esta pesquisa serão utilizados unicamente para essa pesquisa e

armazenados pelo período de cinco anos após o término da pesquisa, sob responsabilidade da pesquisadora responsável (Resol. 466/2012 e 510/2016).

Sigilo e privacidade: Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

() Permito a gravação de imagem, som de voz e/ou depoimentos unicamente para esta pesquisa e tenho ciência que a guarda dos dados são de responsabilidade das pesquisadoras, que se comprometem em garantir o sigilo e privacidade dos dados.

() Não permito a gravação de imagem, som de voz e/ou depoimentos para esta pesquisa.

Durante a entrevista você pode se sentir frustrada ao refletir sobre seu papel e de outros na sociedade. Ciente dessa possibilidade, conduziremos a entrevista para que as reflexões sejam num sentido de ressignificação da contribuição social ao desenvolvimento humano e não ao julgamento privado. Ao menor sinal de desconforto, irei questioná-la sobre se deseja continuar, dado que não há obrigação sua de falar sobre algum tema indesejado. Igualmente, você pode interromper a entrevista nos primeiros sinais de desconforto e notificar que não deseja falar sobre o tema. Tomar-se-á todo cuidado para que isso não ocorra. Caso alguma situação destas aconteça, você pode nos procurar pelos fones: (41) 995979054 da pesquisadora responsável Mayra Taiza Sulzbach. Mas você também pode se beneficiar com a pesquisa, participando da entrevista. Ao participar de uma pesquisa científica você irá contribuir para com a produção do conhecimento científico, e por meio deste possibilitar diferentes olhares sobre o papel da “mulher” na sociedade. Ao contrário do desconforto, a pesquisa também pode proporcionar motivação ao refletir sobre suas capacitações, que são humanas, e que as desconhece, bem como permite refletir sobre caminhos para ampliá-las, contribuindo ainda mais para o seu desenvolvimento e para o desenvolvimento social/humano.

Não falaremos suas informações a outras pessoas de fora da nossa equipe de pesquisa, igualmente você ou pessoa a qual faça referência em sua narrativa não serão identificadas nos produtos a serem publicados. Buscaremos garantir o direito à privacidade, ao sigilo, à confiabilidade e à anonimidade de dados pessoais, de voz e de imagem. Os resultados da pesquisa serão publicados: no corpo da dissertação; em eventos científicos por meio de exposição oral e/ou escrita; em artigo, ensaio ou outro tipo de publicação em revistas científicas; entre outros materiais de publicações científicas. As pesquisadoras também se comprometem para que tenha acesso aos resultados da pesquisa.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores Mayra Taiza Sulzbach, Rua Jaguariaíva, 521, (41) 3511.83000, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável - PPGDTS, mayrasulzbach@yahoo.com.br ou whatsapp 41.995979054.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretária do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná, rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – 11º andar, sala 1121, Curitiba – Paraná ou pelo e-mail cep_chs@ufpr.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas.

Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Este documento é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pela pesquisadora e pela participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com a pesquisadora.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFPR sob o número CAAE nº [65773222.0.0000.0214] e aprovada com o Parecer número [5.875.795] emitido em [03 de fevereiro de 2023].

Consentimento livre e esclarecido:

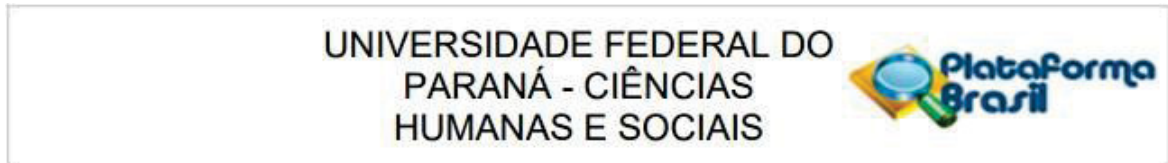
Após ter lido este documento com informações sobre a pesquisa e não tendo dúvidas informo que aceito participar.

Nome da participante da pesquisa:

(Assinatura do/a participante da pesquisa)

Data: ___/___/___.

9.3 APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM CIÊNCIAS HUMANAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DESENVOLVIMENTO HUMANO A PARTIR DE ABORDAGENS DAS CAPACIDADES:
o caso de mulheres de Encantadas, Ilha do Mel/PR

Pesquisador: MAYRA TAIZA SULZBACH

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 65773222.0.0000.0214

Instituição Proponente: Universidade Federal do Paraná - Ciências Humanas e Sociais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.875.795

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa tem como foco o papel de mulheres na sociedade a partir da hipótese "As mulheres, conforme classe e raça, participam socialmente de forma distintas nas sociedades, bem como são historicamente vulneráveis nas sociedades capitalistas, para além de ainda não serem tratadas com um ser de direito próprio, inclusive por não participar de algumas instituições ou elaboração de leis e políticas públicas". A amostra será de 10 mulheres, em decorrência do tempo limitado da pesquisa, incluirá mulheres com idade superior a 18 anos participantes de atividades produtivas turismo e pesca e residentes na Ilha do Mel. A metodologia proposta de coleta de dados é qualitativa com uso de entrevistas. As pesquisadoras preveem as entrevistas deverão ocorrer preferencialmente em espaços públicos, incluindo a praia, de acordo com a proximidade de moradia ou local de trabalho das mulheres entrevistadas, e em horários que não haja interferência nas atividades, pois essas não podem interferir no rendimento das participantes. Serão realizadas 10 (dez) entrevistas face a face com duração de 60 minutos cada. O roteiro de entrevistas é composto de duas partes: uma de dados pessoais e a outra relacionada à vida social. O roteiro de entrevistas foi anexado e não há óbices éticos nas questões.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 03 de Fevereiro de 2023

Assinado por:
Alessandra Sant Anna Bianchi
(Coordenador(a))